

CURSO: DIREITO
 HABILIT BACHAREL EM DIREITO

TITULAÇÃO: BACHAREL
 ÊNFASE:

FORMULÁRIO Nº 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS/ATIVIDADES - PERIODIZAÇÃO

Estrutura Curricular (EC)

PERÍODO	DISCIPLINAS/ATIVIDADES DESDOBRADAS	CÓDIGOS	CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITOS (CÓDIGOS)	CÓ-REQUISITOS (CÓDIGOS)
1º	Direito Civil: Parte Geral	MDI	60H		
1º	Introdução Histórica ao Direito	MDI	30H		
1º	Economia Política	MDI	60H		
1º	Ciência Política e Teoria do Estado	MDI	60h		
1º	Antropologia Geral e do Direito	MDI	60H		
1º	Sociologia Geral	MDI	30H		
1º	Introdução ao Direito I	MDI	60H		
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		360H		
2º	Introdução ao Direito II	MDI	60H	Introdução ao Direito I	
2º	Direito Civil: Obrigações	MDI	60H	Direito Civil:Parte Geral	
2º	Direito Empresarial I	MDI	30H	Direito Civil:Parte Geral	
2º	Direito Constitucional I	MDI	60H	Ciência Política e Teoria do Estado	
2º	Sociologia do Direito	MDI	60H	Sociologia Geral	
2º	Metodologia da Pesquisa Jurídica	MDI	30H	X	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		300H		
3º	Direito Penal I	MDI	60H	Introdução ao Direito II	
3º	Direito Civil: Contratos	MDI	60H	Direito Civil: Obrigações	
3º	Direito Empresarial II	MDI	30H	Direito Empresarial I	Direito Civil: Obrigações
3º	Direito Constitucional II	MDI	60H	Direito Constitucional I	
3º	Direito Civil: Responsabilidade Civil	MDI	30H	Direito Civil: Obrigações	
3º	Direito Internacional Público	MDI	60H	Direito Constitucional I	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		300H		
4º	Direito Penal II	MDI	60H	Direito Penal I	
4º	Direito Civil: Contratos em espécie	MDI	60H	Direito Civil: Contratos	
4º	Direito Empresarial III	MDI	60H	Direito Empresarial II	Direito Civil: Contratos
4º	Direito Constitucional III	MDI	60H	Direito Constitucional II	
4º	Direito Consumerista	MDI	30H	Direito Civil: Contratos	

4º	Teoriado Processo I	MDI	60H	Direito Constitucional II	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		330H		
5º	Direito Penal III	MDI	60H	Direito Penal II	
5º	Direito Civil: Reais I	MDI	60H	Direito Civil: Contratos em espécie	
5º	Direito Empresarial IV	MDI	30H	Direito Empresarial III	
5º	Filosofia do Direito	MDI	60H	Introdução ao Direito II	
5º	Trabalho I	MDI	60H	Direito Constitucional III	
5º	Teoria do Processo II	MDI	60H	Teoria do Processo I	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		330H		
6º	Direito Penal IV	MDI	60H	Direito Penal III	
6º	Direito Civil: Reais II	MDI	30H	Direito Civil: Reais I	
6º	Direito Empresarial V	MDI	30H	Direito Empresarial IV	Teoria do Processo II
6º	Fundamentos dos Direitos Humanos	MDI	30H	Direito Constitucional II	
6º	Trabalho II	MDI	60H	Trabalho I	
6º	Processo de Conhecimento Cível	MDI	60H	Teoria do Processo II	
6º	Administrativo I	MDI	60H	Teoria do Processo II	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		330H		
7º	Processo Penal I	MDI	60H	Direito Penal IV	
7º	Direito das Famílias	MDI	60H	Direito Civil: Reais II	
7º	Processo do Trabalho	MDI	60H	Trabalho II	
7º	Tutela de Urgência e Procedimentos Especiais	MDI	30 H	Processo de Conhecimento	
7º	Administrativo II	MDI	60H	Administrativo I	
7º	Estágio Curricular Supervisionado I	MDI	60H	Processo de Conhecimento	
7º	Disciplina Opativa	MDI	30H	Pré-requisito específico	
7º	Disciplina Opativa	MCD	30H	Pré-requisito específico	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		330H		
8º	Processo Penal II	MDI	60H	Processo Penal I	
8º	Direito Civil: Sucessões	MDI	60H	Direito das Famílias	
8º	Direito Financeiro	MDI	60H	Administrativo II	
8º	Recursos Cíveis	MDI	30H	Tutela de urgência e procedimentos	
8º	Direito Ambiental e Desenvolvimento	MDI	60H	Administrativo II	
8º	Estágio Curricular Supervisionado II	MDI	60H	Estágio Curricular Supervisionado I	
8º	Disciplina Opativa	MDI	30H	Pré-requisito específico	
8º	Disciplina Opativa	MCD	30H	Pré-requisito específico	
	H		360H		
9º	Direito Tributário		60H	Direito Financeiro	
9º	Processo Constitucional	MDI	30H	Recursos cíveis e processos nos tribunais	

9º	Execução Civil e Cumprimento de Sentença	MDI	60H	Recursos cíveis e processos nos tribunais
9º	Laboratório de Prática Cível	MDI	30H	Recursos cíveis e processos nos tribunais
9º	Trabalho de Conclusão de Curso I	MDI	30H	Metodologia da Pesquisa Jurídica
9º	Estágio Curricular Supervisionado III	MDI	60H	Estágio Curricular Supervisionado II
9º	Processo Penal III	MDI	30H	Pré-requisito específico
9º	Disciplina Optativa	MDI	30H	Pré-requisito específico
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		300H	
10º	Direito Privado Internacional	MDI	60H	Direito Civil: Sucessões
10º	Meios de Solução Consensual de conflitos	MDI	30H	Execução Civil e cumprimento de sentença
10º	Ética Profissional	MDI	30H	Execução Civil e cumprimento de sentença
10º	Laboratório de Prática das Famílias	MDI	30H	Direito das Famílias
10º	Laboratório de Prática Processual Penal	MDI	30H	Processo Penal II
10º	Laboratório de Prática Trabalhista	MDI	30H	Processo do Trabalho
10º	Trabalho de Conclusão de Curso II	MDI	30H	Trabalho de Conclusão de Curso I
10º	Estágio Curricular Supervisionado IV	MDI	60H	Estágio Curricular Supervisionado III
10º	Disciplina Optativa	MCD	30H	Pré-requisito específico
10º	Disciplina Optativa	MCD	30H	Pré-requisito específico
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO PERÍODO		300H	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS :		3.240	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DISCIPLINAS OPTATIVAS :		210	
	CARGA HORÁRIA TOTAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES :		250	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DISCIPLINAS ELETIVAS :		0	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO :		3700	

OBS: Caso a disciplina optativa tenha pré-requisito(s) favor relacioná-la e preencher o campo destinado ao seu pré(s).

CURSO: DIREITO

TITULAÇÃO: BACHARELADO EM DIREITO

HABILITAÇÃO: BACHAREL

ÊNFASE:

Estrutura Curricular (EC)

FORMULÁRIO Nº 12 – ***Quadro Geral da Carga Horária***

ESPECIFICAÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL
OBRIGATÓRIAS	3240
OPTATIVAS	210
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	250
ELETIVAS	0
TOTAL GERAL	3700



ESTRUTURA CURRICULAR (EC)

FORMULÁRIO N 15 – **SISTEMÁTICA DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR DO ALUNO**

Os alunos vinculados ao currículo 084.001 que estiverem até o 8º período serão migrados para o novo currículo, tendo em vista a necessidade do ajuste para adequação à carga horária docente e a integralização discente, cabendo à Coordenação do Curso a verificação em cada caso da permanência ou não no currículo anterior.

Todos os alunos que ingressarem a partir do segundo semestre de 2018 já estarão cursando o novo currículo possibilitando melhor gestão do curso.

Espera-se que até o final do segundo semestre de 2019 não existam mais alunos cursando o currículo 084.001. Caso existam alunos em trancamento que necessitem cursar ainda após 2019 no currículo 084.001, a Coordenação do Curso verificará e adaptará visando a integralização adequada do aluno.

Visando uma adaptação curricular tranquila, a Coordenação do Curso irá realizar reuniões com todas as turmas explicando as mudanças curriculares e devidas adaptações. A representação estudantil, bem como representantes de turma receberão todas as informações do novo currículo possibilitando sanar dúvidas dos discente.

Por fim, os servidores ligado à Coordenação do Curso receberão treinamento adequado para entendimento das equivalências e gestão do novo currículo.

CURSO: DIREITO

TITULAÇÃO: BACHAREL EM DIREITO

HABILITAÇÃO: BACHARELADO

ÊNFASE:

ESTRUTURA CURRICULAR (EC)

FORMULÁRIO N° 16 - EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS/ATIVIDADES

CURRÍCULO PROPOSTO

CURRÍCULO ANTERIOR

PERÍODO	CÓDIGO	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	CÓDIGO	DISCIPLINA/ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA
1º	MDI00156	Introdução ao Direito I	60h	1	MDI00002	Introdução ao Estudo do Direito I	60h
1º	MDI00159	Direito Civil: Parte Geral	60h	1º e 2º	MDI00007 MDI00014	Teoria Geral do Direito Privado I + Teoria Geral do Direito Privado II	30h + 30h
1º	MDI00158	Introdução histórica do Direito	30h	1º	MDI00005	História do Direito	30h
1º	MDI00157	Economia Política	60h	1º	MDI00006	Economia Política e Direito	60h

1º	MDI00160	Ciência Política e Teoria do Estado	60h	1º e 2º	MDI00001 MDI00009	Teoria do Estado I e Teoria do Estado II	30h +60h
1º	MDI00161	Antropologia Geral e do Direito	60h	1º	MDI00008	Antropologia	30h
1º	MDI00162	Sociologia Geral	30h	1º	MDI00003	Sociologia e Direito I	60h
2º	MDI00163	Introdução ao Direito II	60h	2º	MDI00010	Introdução ao Estudo do Direito II	60h
2º	MDI00166	Direito Civil: Obrigações	60h	3º	MDI00020	Teoria das Obrigações	30h
2º	MDI00167	Direito Empresarial I	30h	2º	MDI00013	Direito Empresarial	30h
2º	MDI00165	Direito Constitucional I	60h	3º	MDI00015	Teoria da Constituição	60h
2º	MDI00164	Sociologia do Direito	60h	2º	MDI00011	Sociologia e Direito II	60h
2º	MDI00168	Metodologia da pesquisa jurídica	30h	1º	MDI00004	Métodos da Pesquisa jurídica	30h
3º	MDI00170	Direito Penal I	60h	3º	MDI00016	Teoria do Direito Penal I	60h
3º	MDI00171	Direito Civil: Contratos	60h	4º	MDI00025	Teoria Geral dos Contratos	60h
3º	MDI00172	Direito Empresarial II	30h	3º	MDI00019	Direito Cambial	30h
3º	MDI00173	Direito Civil: Responsabilidade Civil	30h	6º	MDI00036	Responsabilidade Civil	30h
3º	MDI00174	Direito Internacional Público	60	4º e 5º	MDI00023 MDI00029	Direito das relações internacionais público I e II	30h + 30h
3º	MDI00169	Direito Constitucional II	60h	3º	MDI00021	Direito Constitucional Positivo I	60h
4º	MDI00176	Direito Penal II	60h	4º	MDI00022	Teoria do Direito Penal II	60h

4º	MDI00177	Direito Civil: Contratos em espécie	60h	5º	MDI00031	Contratos em espécie	60h
4º	MDI00179	Direito Empresarial III	60h	3º	MDI00018	Direito Societário	60h
4º	MDI00175	Direito Constitucional III	60h	5º	MDI00027	Direito Constitucional II	60h
4º	MDI00180	Direito Consumerista	30h	8º	MDI00046	Direito do Consumidor	30h
4º	MDI00178	Teoria do Processo I	60h	4º	MDI00026	Teoria Geral do Processo I	60h
5º	MDI00181	Direito Penal III	60h	5º	MDI00028	Fundamentos de Crimes em espécie	60h
5º	MDI00182	Direito Civil: Reais I	60h	6º	MDI00037	Direitos Reais	60h
5º	MDI00185	Direito Empresarial IV	30h	5º	MDI00030	Obrigações mercantis	30h
5º	MDI00184	Filosofia Geral e do Direito	60h	3º	MDI00017	Filosofia do Direito	60h
5º	MDI00186	Trabalho I	60h	6º	MDI00034	Direito do Trabalho I	60h
5º	MDI00183	Teoria do Processo II	60h	5º	MDI00032	Teoria Geral do Processo II	60h
6º	MDI00190	Direito Penal IV	60h		-----	<i>Não existia</i>	
6º	MDI00187	Direito Civil: Reais II	30h	7º	MDI00042	Direitos Reais II	30h

6º	MDI00193	Direito Empresarial V	30h	10º	MDI00058	Direito Falimentar	30h
6º	MDI00192	Fundamentos dos Direitos Humanos	30h	6º	MDI00035	Direitos Humanos	30h
6º	MDI00189	Trabalho II	60h	7º	MDI00040	Direito do Trabalho II Direito do Trabalho III	30h +30h
6º	MDI00191	Processo de Conhecimento Cível	60h	6º	MDI00038	Processo de Conhecimento	60h
6º	MDI00188	Administrativo I	60h	6º	MDI00033	Direito Administrativo I	60h
7º	MDI00197	Processo Penal I	60h	7º	MDI00043	Introdução ao Processo Penal	60h
7º	MDI00198	Direito das Famílias	60h	8º	MDI00047	Direito de Família	60h
7º	MDI00196	Processo do Trabalho	60h	10º	MDI00061	Direito Processual Trabalhista	30h
7º	MDI00194	Tutelas de urgência e procedimentos especiais	30h	8º	MDI00050	Tutelas de urgência e procedimentos cautelares	30h
7º	MDI00195	Administrativo II	60h	7º	MDI00039	Direito Administrativo II	60h
7º	MDI00199	Estágio curricular supervisionado I	60h	7º	MDI00129	Estágio supervisionado I	60h
8º	MDI00202	Processo Penal II	60h	8º	MDI00049	Processo e Execução Penal	60h
8º	MDI00201	Direito Civil: sucessões	60h	9º	MDI00053	Direito das sucessões	60h
8º	MDI00203	Direito Financeiro	60h	9º	MDI00051	Direito Financeiro e Tributário I	60h
8º	MDI00277	Recursos Cíveis	60h	7º	MDI00044	Recursos Cíveis e o Processo nos Tribunais	60h

8º	MDI00204	Direito ambiental e desenvolvimento	60h	Optativa	MDI00079	Direito ambiental	30h
8º	MDI00205	Estágio curricular supervisionado II	60h	8º	MDI00131	Estágio supervisionado II	60h
9º	MDI00209	Direito Tributário	60h	10º	MDI00057	Direito Financeiro e Tributário II	60h
9º	MDI00208	Processo Constitucional	30h	8º	MDI00038	Direito Processual Constitucional	30h
9º	MDI00211	Execução Cível e Cumprimento de Sentença	60h	9º	MDI00055	Execução Cível	60h
9º	MDI00212	Processo Penal III	30h	9º	MDI00054	Recursos no Processo Penal	30h
9º	MDI00206	Laboratório de Prática Cível	30h	7º	MDI00130	Laboratório de Prática I	30h
9º	MDI00207	Estágio curricular supervisionado III	60h	9º	MDI00133	Estágio supervisionado III	60h
9º	MDI00210	Trabalho de Conclusão do Curso I	30h	9º	MCDD00009	Trabalho de Conclusão do Curso I	30h
10º	MDI00213	Direito Privado Internacional	60h	4º e 9º	MDI00052	Direito Internacional Privado I e II	30h + 30h
10º	MDI00218	Métodos consensuais de resolução de conflitos	30h	10º	MDI00060	Meios alternativos de resolução conflitos	
10º	MDI00275	Laboratório de Prática das Famílias	30h	10º	MDI00136	Laboratório de Prática IV	30h
10º	MDI00220	Ética Profissional	30h	-	-----	Sem equivalência	

10º	MDI00214	Laboratório de Prática Processual Penal	30h	9º	MDI00134	Laboratório de Prática II	30h
10º	MDI00216	Laboratório de Prática Trabalhista	30h	10º	MDI00130	Laboratório de Prática III	30h
10º	MDI00135	Estágio curricular supervisionado IV	60h	10º	MDI00135	Estágio supervisionado IV	60h
10º	MDI00219	Trabalho de Conclusão do Curso II	30h	10º	MCD00010	Trabalho de Conclusão do Curso II	30h



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 17 – **INFRA-ESTRUTURA EXISTENTE**

TIPOLOGIA

INSTALAÇÕES (x)

EQUIPAMENTOS (x)

BIBLIOTECA ()

LABORATÓRIOS (x)

RECURSOS HUMANOS (x)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	COMPUTADORES PARA O CAJUFF (DESKTOP)	01
02	COMPUTADOR NOTEBOOK CAJUFF	02
03	COMPUTADOR COORDENAÇÃO (DESKTOP)	03
04	COMPUTADOR PARA A BIBLIOTECA PARA CONSULTA DOS ALUNOS	02
05	IMPRESSORA LASER (COORDENAÇÃO E CAJUFF)	02
06	DATA SHOW	01
07	SALA DA COORDENAÇÃO COM A SECRETARIA DO CURSO SEM DIVISÓRIA	01
08	SALA DE AULA	06
09	MESA DE REUNIÃO REDONDA (COORDENAÇÃO)	01
10	MESAS DE ESCRITÓRIO (COORDENAÇÃO)	04
11	MESA DE ESCRITÓRIO (CAJUFF)	
12	MESA DE ESCRITÓRIO (DEPARTAMENTO)	02
13	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO SECRETÁRIA (COORDENAÇÃO)	04
14	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO DIRETOR COM RODAS (COORDENAÇÃO)	02
15	MESAS DE ESTUDO REDONDA NA BIBLIOTECA	01
16	ARMÁRIO DE GUARDA-VOLUMES PARA A BIBLIOTECA	01
17	ARMÁRIO DE GUARDA-VOLUMES PARA PROFESSORES	01
18	ARMÁRIO DE DUAS PORTAS COM PRA CHAVE (COORDENAÇÃO)	02
19	BIBLIOTECA COM UMA SALA DE ESTUDOS PARA ALUNOS	01
20	SALAS DE AULA COM CAPACIDADE PARA 65 (SESSENTA E CINCO) CARTEIRAS	08
21	SALAS DE AULA COM CAPACIDADE PARA 120 (CENTO E VINTE) CARTEIRAS	01
22	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS	05
23	AR CONDICIONADO 18 MIL BTUs (COORDENAÇÃO E CAJUFF)	02
24	DOCENTES 40 HORAS DE	14
25	DOCENTES 40 HORAS	03
26	DOCENTES 20 HORAS	04
27	SERVIDOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO (COORDENAÇÃO E DEPARTAMENTO)	04



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO


COORDENADOR
DATA 20/09/2018

Fabianne Manhães Maciel
Coordenadora do Curso de Direito de Macaé
Universidade Federal Fluminense
SIAPE: 1996785



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO N° 18 – **INFRA-ESTRUTURA NECESSÁRIA**

TIPOLOGIA

INSTALAÇÕES (x)
LABORATÓRIOS (x)

EQUIPAMENTOS (x)
RECURSOS HUMANOS (x)

BIBLIOTECA (x)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
01	SALA PARA LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	01
02	COMPUTADORES PARA O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA (DESKTOP)	50
03	COMPUTADORES PARA O CAJUFF (DESKTOP)	10
04	COMPUTADOR NOTEBOOK (COORDENAÇÃO E DEPARTAMENTO E SALAS DOS PROFESSORES)	03
05	COMPUTADOR PARA A BIBLIOTECA PARA CONSULTA DOS ALUNOS (DESKTOP)	03
06	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COM SCANNER (COORDENAÇÃO, DEPARTAMENTO, CAJUFF E SALAS DOS PROFESSORES)	04
07	DATA SHOW (LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, COORDENAÇÃO DO CURSO, DEPARTAMENTO, CAJUFF)	04
08	AMPLIAÇÃO DA REDE DE WI FI PARA OS ALUNOS E PROFESSORES NO ÂMBITO DA COORDENAÇÃO, SALAS DE AULA E CAJUFF	03
09	SALA DESTINADA A ESPAÇO PARA DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL COM DIVISÓRIAS DE TRABALHO (20 GABINETES)	01
10	SALA PARA COORDENADOR COM PRIVACIDADE PARA ATENDIMENTO AO ALUNO	01
11	SALA COLETIVA DE PROFESSORES COM INSTALAÇÃO SANITÁRIA	01
12	SALA PARA REUNIÕES (PROJETOS DE PESQUISA E EXTENSÃO, COLEGIADOS E NDE)	01
13	BIBLIOGRAFIA PARA DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS (DE CADA REFERÊNCIA)	05
14	AMPLIAÇÃO DA BIBLIOTECA COM ESPAÇO DE SALAS RESERVADAS PARA ESTUDO E PESQUISA	01
15	MESAS DE ESTUDO REDONDA (3 PARA BIBLIOTECA E 2 PARA SALA DE REUNIÕES)	05
16	MESA DE ESCRITÓRIO (CAJUFF E GABINETES)	22
17	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO SECRETÁRIA (MESAS DE ESTUDO E CAJUFF)	16
18	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO DIRETOR COM RODAS (CAJUFF, COORDENAÇÃO E GABINETES)	23
19	LONGARINA COM 3 (TRÊS) LUGARES PARA A SECRETARIA DO CURSO	01
20	ARMÁRIO DE GUARDA-VOLUMES PARA A BIBLIOTECA	01
21	ARMÁRIO DE GUARDA-VOLUMES PARA PROFESSORES	03



22	ARMÁRIO DE DUAS PORTAS COM CHAVE (1 COORDENAÇÃO E 1 PARA O DEPARTAMENTO)	22
23	ARMÁRIO ESTANTE DE ESCRITÓRIO C/CHAVE E 2 PORTA (1 COORDENAÇÃO E 1 PARA O DEPARTAMENTO)	02
24	PRATELEIRAS PARA GUARDA DE LIVROS NA BIBLIOTECA	06
25	COMPUTADORES PARA A BIBLIOTECA	03
26	RAMAL DE TELEFONIA COM OS DEMAIS SETORES DA UFF EM NITERÓI (COORDENAÇÃO)	01
27	SALAS DE AULA COM CAPACIDADE PARA 65 (SESSENTA E CINCO) CARTEIRAS	10
28	CARTEIRAS DE ALUNOS COM APOIO	650
29	AUDITÓRIO PARA 150 (CENTO E CINQUENTA PESSOAS)	01
30	CADEIRAS ACOLCHOADAS PARA AUDITÓRIO	160
31	MESA DE REUNIÕES GRANDE PARA AUDITÓRIO	01
32	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS (04 COORDENAÇÃO, 01 CAJUFF E 03 DEPARTAMENTO)	08
33	PORTAL COM ALARME NA ENTRADA DA BIBLIOTECA	01
34	SISTEMA DE CÂMERAS NA BIBLIOTECA COM GRAVAÇÃO	01
35	AR CONDICIONADO 12 MIL BTUs (SALA DE ESPAÇO DOCENTE, SALA DE REUNIÕES, LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA, BIBLIOTECA E SALAS DE AULA)	15
36	DOCENTES 40 HORAS DE	34
37	DOCENTES 40 HORAS	03
38	DOCENTES 20 HORAS	04
39	SERVIDOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO (COORDENAÇÃO, DEPARTAMENTO E CAJUFF)	06


 COORDENADOR
 DATA 20/09/2018

Fabianne Manhães Maciel
 Coordenadora do Curso de Direito de Macaé
 Universidade Federal Fluminense
 SIAPE: 1996785

1º Período = 360 CH

Introdução Histórica do Direito (2)

Direito Civil: Parte Geral (4)

Economia Política (4)

Ciência Política e Teoria do Estado (4)

Antropologia Geral e do Direito (4)

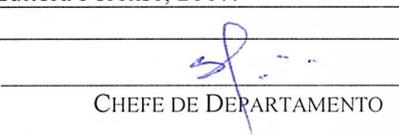
Introdução ao Direito I (4)

Sociologia Geral (2)

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
INTRODUÇÃO AO DIREITO I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H	TEÓRICA: 60H	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Apresentar ao aluno a diversidade do fenômeno jurídico. Compreender o direito como um fenômeno histórico-cultural. Analisar os conceitos centrais da Teoria da Norma Jurídica.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
O objeto da Introdução ao Estudo do Direito. O direito como fenômeno social. Juízo de realidade e juízo de valor. Direito e conhecimento. Dogmática e Zetética. O conceito de Direito. O Direito e as demais ordens normativas. Direito e Moral. Sanção e Coação. Direito Natural e Direito Positivo. Direito Público e Direito Privado. Os ramos do direito positivo. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Os problemas das dicotomias do direito. Fontes do Direito. As duas tradições culturais de sistemas jurídicos ocidentais: o sistema romano-germânico (<i>civil law</i>) e o sistema anglo-americano (<i>common law</i>). Monismo Jurídico e Pluralismo Jurídico. Teoria da Norma Jurídica: conceito, estrutura lógica, características e classificação. A validade da Norma Jurídica.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016. MIAILLE, Michel. Uma introdução crítica ao direito. Tradução Ana Prata. 3. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Complementar: ARNAUD, André-Jean. Dicionário enciclopédico de teoria e sociologia do direito. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. BOBBIO, Norberto. Teoria da Norma Jurídica. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti.6. ed. São Paulo: Edipro, 2016. FERRAZ JÚNIOR. Tercio Sampaio. A ciência do direito. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014. LYRA FILHO, Roberto. O que é direito. 17.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do Direito. 39. ed. São Paulo: Editora Forense, 2017.		



 COORDENADOR



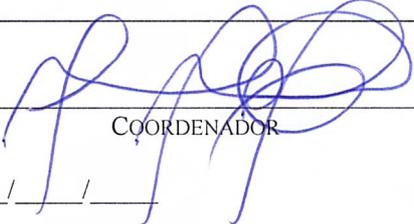
 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

Estrutura Curricular (EC)

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ECONOMIA POLÍTICA		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Esta disciplina tem por objetivo ensinar os fundamentos da Economia Política para embasamento do curso de graduação em Direito, demonstrando a relação sistêmica entre a Economia, Políticas Públicas e o Direito, com vistas à melhor compreensão das disciplinas de Direito Empresarial, Direito Econômico e Direito Financeiro e Tributário e uma melhor reflexão sobre o capitalismo contemporâneo.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Noções gerais de Microeconomia e Macroeconomia. Evolução Histórica do Pensamento Econômico por seus principais pensadores, com ênfase em A. Smith, K. Marx, J. M. Keynes e Amartya Sen e suas releituras. Princípios da ordem econômica constitucional.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA: GASTALDI, J. PETRELLI. Elementos de Economia Política. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. PIKETTY, Thomas. A economia da desigualdade. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015. COMPLEMENTAR: WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira Thompson Learning. OLIVEIRA NETO, Francisco José Rodrigues de. (Org.) Constituição e estado social: os obstáculos à concretização da Constituição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. SAAD FILHO, Alfredo. O valor de Marx: economia política para o capitalismo contemporâneo. Campinas, SP: Unicamp, 2011. BIDET, Jacques. Explicação e reconstrução do capital. Tradução Lara Christina de Malimpensa. Campinas, SP: Unicamp, 2010. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.		



 COORDENADOR

DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – *ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE*

CONTEÚDO DE ESTUDOS

DIREITO

NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO ()
INTRODUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO		ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H TEÓRICA: 30H PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0

DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:

Analisar os institutos jurídicos clássicos da historiografia do direito sob uma perspectiva comparativa entre tempos históricos não lineares. Avaliar que os fatos jurídicos apesar de possuírem uma densidade própria, estão inseridos numa realidade ampliada: histórica, social, cultural, política e econômica.

DESCRIÇÃO DA EMENTA:

O estudo da História do Direito. Objeto. Relação entre Direito e História. Solução Parlamentarista (1961) e Lei da anistia (1979), Supremo Tribunal Federal e a Comissão Nacional da Verdade. Código de Hamurabi: Artigos: 22, 129, 196, 197, 200, 274. Pena de Talião. Código Penal, art. 345. Adultério. CRFB/88, art. 7º, V e Lei Complementar nº 103/2000. Direito Hebraico. Deuteronômio, capítulo 22 (Ver. 23,24,25,26,27). Lapidação. CRFB, art. 5º, XLVII, “a”. Direito Grego. Atenas. Lei Draconiana. Juízes dos Demos. Lei nº 9099/1995, art. 3º, I. Ágora. Eclésia. CRFB/88, art. 1º, parágrafo único e art. 14, I,II,III. Esparta. Eugenia. Militarismo. Anteprojeto de Constituição (Comissão Afonso Arinos/1987), art. 13, I. CRFB/88, art. 5º, caput. Direito Romano. Lex Valeria. Ditadura. Lei das XII Tábuas. Tábua I. Código de Processo Civil, art. 344. Tábua III. Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art.7º (nº 7). CRFB/88, art. 5º, LXVII. Súmula Vinculante nº 25 (STF). Tábua IV. Pátrio poder x poder familiar. Código Civil, artigos 1630 e 1631. Tábua V. Herança. Código Civil, art. 1997. Senatus. CRFB/88, art. 14, §3º, VI, a. Edis. CRFB/88, art. 29, IV. Panis et Circenses. Silêncio x confissão. CRFB/88 – art. 5º, LXIII. Preceitos: “viver honestamente, não causar dano a outrem e dar a cada um o que é seu” (Ulpiano). Direito Canônico. Inquisição. Princípios constitucionais processuais. CRFB, art. 5º, XXXVII, LII, LIV e LV. Civil law. Common law. Código de Processo Civil, art. 927. Adkins v. Children’s Hospital. West Coast Hotel v. Parrish. Fletcher v. Peck. Charles River Bridge v. Warren Bridge. Home Building & Loan Association v. Blaisdell. Plessy v. Ferguson. Brown v. Board of Education of Topeka. Miranda v. Arizona. Charles Evans Hughes. STF: Mutações Constitucionais e Súmulas Vinculantes. Seminários/Temas: 1) Magna Carta, Petição de Direitos, Habeas Corpus Act e Bill of Rights; 2) Joseph Sieyès: Qu’est-ce que le Tiers État; 3) Declaração de Independência (EUA); Artigos da Confederação; Convenção da Filadélfia; e Federalist Papers. 4) Constituição de 1891. Federalismo. 5) A evolução histórica da legislação trabalhista no Brasil X Reforma Trabalhista. 6) A evolução histórica da legislação previdenciária (social) no Brasil X Reforma da Previdência Social. 7) A evolução histórica da legislação político-eleitoral no Brasil X Reforma Político-Eleitoral.

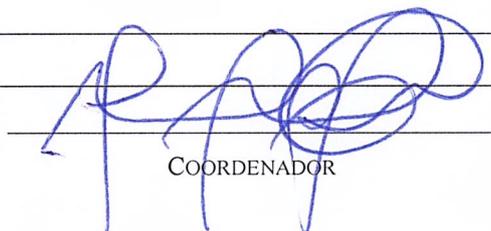
BIBLIOGRAFIA

Básica:

CASTRO, Flávia Lages de. História do Direito Geral e Brasil. 13ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
 LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito na História: Lições Introdutórias. 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 2014.
 WOLKMER, Antonio Carlos. Fundamentos de História do Direito. 9ª Ed., Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

Complementar:

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 1ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 2004.
 FONSECA, Ricardo Marcelo. Introdução Teórica à História do Direito. Curitiba: Juruá, 2009.
 GARAPON, Antoine, PAPADOPOULOS, Ioannis. Julgar nos Estados Unidos e na França. 1ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.



COORDENADOR



CHEFE DE DEPARTAMENTO

FORMULÁRIO Nº 13 – *ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE*
CONTEÚDO DE ESTUDOS

DIREITO

NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CIVIL: PARTE GERAL		

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

TEÓRICA: 60H

PRÁTICA: 0

ESTÁGIO: 0

DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)

OPTATIVA ()

AC ()

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:

Apresentar os elementos introdutórios de Direito Civil. Analisar a transição da codificação civil e a interpretação do Direito Civil à luz dos princípios constitucionais. Analisar a relação entre capacidade e manifestação de vontade na formação dos negócios jurídicos e nos atos da vida civil de maneira geral. Apresentar os defeitos do negócio jurídico, os atos ilícitos, o efeito do decurso do tempo e os meios de prova abordados no Código Civil.

DESCRIÇÃO DA EMENTA:

Lei de introdução às normas do direito brasileiro: vigência, eficácia e revogação das leis. Direito subjetivo: elementos constitutivos, classificação e espécies. Direito potestativo. Sujeitos de direito. Pessoas físicas. Estado das pessoas. Personalidade de pessoa natural. Direitos da personalidade. Capacidade. Registro civil. Nome civil. Estado de pessoas naturais. Pessoas jurídicas: conceito e natureza jurídica. Personalidade jurídica. Classificação geral e espécies. Os entes despersonalizados. Domicílio. Dos bens e coisas. Classificação geral e espécies de bens. Bem de família. Bens públicos. Fatos, atos e negócios jurídicos. Espécies. Elementos. Efeitos jurídicos. Interpretação. Classificação geral. Da representação. Elementos acidentais: condição. Termo. Encargo. Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, simulação, fraude à lei, fraude contra credores, fraude à execução, lesão. Nulidades: grau de invalidade. Inexistência. Nulidade absoluta. Nulidade relativa. Aproveitamento dos atos jurídicos anuláveis. Atos ilícitos: natureza, elementos e espécies de ilícito: dolo e culpa. Grau de culpa. Causas de ilicitude civil e da responsabilidade de indenizar. Prescrição. E decadência. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas, prazos de prescrição e de decadência. Da prova do negócio jurídico: normas materiais e processuais.

BIBLIOGRAFIA
Básica:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. v.1 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: parte geral. v.1 10ª ed. São Paulo: GEN, 2014.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. v.1 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Complementar:

MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 27.ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2008.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica: norma jurídica e aplicação do direito. 22.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.



 COORDENADOR

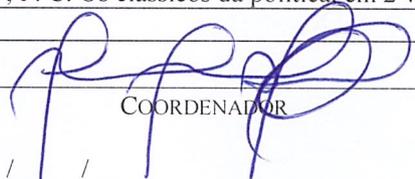


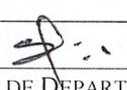
 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____ / ____ / ____

DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO ()
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO		ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H/A	TEÓRICA: X	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
O curso tem como objetivo tornar as alunas e os alunos capazes de: compreender os principais temas, conceitos e princípios que delimitam o campo de estudos da Teoria do Estado, tendo como âmbito de maior interesse a emergência do Estado Democrático de Direito, a consolidação e a crítica de suas instituições políticas; desenvolver uma reflexão crítica argumentativa que possa dar conta não somente dos conceitos construídos historicamente mas também das principais controvérsias que envolvem o debate contemporâneo com relação aos institutos estudados; apontar alguns dos principais desafios da Teoria do Estado, no que concerne à sua crispatura atual, analisando diferentes posturas e se posicionando a respeito.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Formação do Estado Moderno. Thomas Hobbes: o contexto histórico, o estado de natureza, o pacto social, o estado civil, a instituição do poder soberano e da lei, os direitos naturais e os direitos civis, a concentração dos poderes estatais. Jean-Jacques Rousseau: diferenças com as teorias precedentes, a natureza humana, o contrato social, a soberania popular, a vontade geral, a crítica da representação política. Formação do Estado e liberdade civil. Liberdade dos antigos e liberdade dos modernos. Estado Democrático de Direito. Estado, governo e sociedade civil. Democracia e princípios democráticos. Igualdade política e construção da democracia. Desafios da democracia contemporânea.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política, tradução de Marco Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. HOBBS, T. Leviatã, tradução de João Paulo Monteiro e Maria Nizza da Silva, São Paulo: Martins Fontes, 2014. ROUSSEAU, J. J. O contrato social, tradução de Paulo Neves, Porto Alegre: L&PM, 2007. Complementar: BOBBIO, N. O futuro da democracia, tradução de Marco Aurélio Nogueira, São Paulo: Paz e Terra, 2009. DAHL, R. A. A democracia e seus críticos, tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. DALLARI, D. A. Elementos de Teoria Geral do Estado, São Paulo: Saraiva, 2013. 32 edição. WEFFORT, F. C. Os clássicos da política, volume 1, São Paulo: Ática, 2006. 14 edição. WEFFORT, F. C. Os clássicos da política, em 2 volumes, São Paulo: Ática, 2006. 11 edição.		


 COORDENADOR

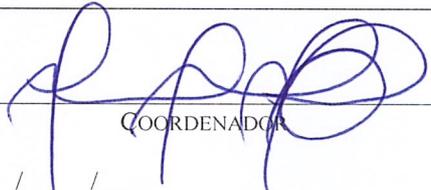

 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____ / ____ / ____

DATA ____ / ____ / ____

Estrutura Curricular (EC)

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
ANTROPOLOGIA E DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ANTROPOLOGIA GERAL E DO DIREITO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30 TEÓRICA: 30 PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Após a realização do curso, é esperado que haja a capacidade de raciocinar em bases antropológicas e de forma relativista, para produzir entendimento autônomo sobre as diferentes experiências sociais e culturais, relacionadas com o fenômeno do direito em diferentes sistemas sociais.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
O surgimento da antropologia no séc. XIX e a discussão ocidental da alteridade. Antropologia, direito e diversidade: o olhar da diversidade e o surgimento dos direitos humanos. A visão da diversidade e a discussão dos preconceitos. O nascimento do conceito de homem: o conceito biológico e cultural de espécie humana e sua influência na antropologia forense. O método da observação participante na antropologia e sua importância para a pesquisa no direito. Os significados de cultura e sua aplicação na noção de cultura jurídica. Relativismo e relativização na antropologia moderna. As relações entre antropologia e direito. Temas e pesquisas em antropologia do direito: alguns exemplos. Experiências sociais e culturais relacionadas ao fenômeno do direito. O conceito de cultura jurídica para análise comparada da experiência normativa em diferentes sistemas sociais.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA Laplantine, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1999. Assis, Olney Queiroz e Kümpel, Vitor Frederico. Manual de Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2014. Sacco, Rodolfo. Antropologia Jurídica: contribuição para uma macro-história do Direito. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2013. COMPLEMENTAR Comparato, Fábio. Ética: Direito, Moral e Religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Mello, Maria Elizabeth Chaves de. Lições de Crítica. Niterói, RJ: Ed. da UFF, 1997.		



 COORDENADOR



 CHEFE DE DEPTO/COORDENADOR

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA /ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
SOCIOLOGIA GERAL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Após a realização do curso, é esperado que haja a capacidade de relacionar sociologia e direito moderno verificando nos clássicos a fundamentação de vários setores do direito na sociedade da modernidade capitalista.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
A reforma do ensino jurídico e a importância da sociologia e da antropologia no curso de direito. Ciência jurídica: as abordagens dogmática e zetética. Empirismo, positivismo e idealismo no direito numa visão crítica. As abordagens clássicas da sociologia do direito. O direito como fenômeno social interveniente na teoria social clássica: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. Karl Marx e estado e direito como instâncias da classe dominante. A sociologia de Marx e as raízes do direito trabalhista e dos direitos políticos e sociais. A sociologia de Durkheim e as bases do direito penal e criminal. A sociologia de weber e a discussão do formalismo e da racionalidade jurídica e da fundamentação substantiva do direito. Direito e dominação.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA: Quintaneiro, Tânia; Barbosa, Maria Lígia de Oliveira; Oliveira, Márcia Gardênia Monteiro de. Um toque de Clássicos: Marx/Durkheim/Weber. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. Silva, Felipe Gonçalves e Rodriguez, José Rodrigo (coord.). Manual de Sociologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2013. Giddens, Anthony e Sutton, Philip W. Conceitos essenciais da Sociologia. São Paulo: Ed. UNESP, 2016.		
COMPLEMENTAR: Young, Jock. A Sociedade Excludente: Exclusão social, criminalidade e diferença na Modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. Castilho, Ricardo. Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2016. Boudon, Raymond (Dir.). Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. Assis, Olney Queiroz e Kümpel, Vitor Frederico. Manual de Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2014.		

COORDENADOR

CHEFE DE DEPTO/COORDENADOR

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____



2º Período = 300 CH

Introdução ao Direito II (4) ✓

Sociologia do Direito (4) ✓

Direito Constitucional I (4) ✓

Direito Civil: Obrigações (4) ✓

Direito Empresarial I (2) ✓

Metodologia da Pesquisa Jurídica (2) ✓

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
INTRODUÇÃO AO DIREITO II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H	TEÓRICA: 60H	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Compreender as normas jurídicas enquanto inseridas em um contexto de normas. Analisar os principais problemas do ordenamento jurídico. Discutir os métodos de interpretação e os modos de integração do direito. Analisar questões relacionadas com a aplicação do direito e a decisão jurídica. Apresentar noções de Teoria da Argumentação Jurídica. Conhecer as principais escolas jurídicas do período contemporâneo.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Teoria do Ordenamento Jurídico. A Unidade do Ordenamento Jurídico. A Norma Fundamental. A Coerência do Ordenamento Jurídico. Direito e sistema. Antinomias Jurídicas. A Completude do Ordenamento Jurídico. O Problema das Lacunas. Interpretação Jurídica. Métodos e Tipos de Interpretação. Modos de Integração do Direito. Aplicação do Direito. Decisão Jurídica. Teoria da Argumentação Jurídica. Escolas Jurídicas.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2014. FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2016. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. Tradução de João Baptista Machado. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. Complementar: ALEXY, Robert. Conceito e validade do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009. DWORKIN, Ronald. O império do direito. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. HART, Herbert L. A. O conceito de direito. Tradução Antonio de Oliveira Sette-Camara. São Paulo: Martins Fontes, 2009. HESPANHA, Antonio M. Panorama histórico da cultura jurídica europeia. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997. KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do Estado. Tradução Luís Carlos Borges. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.		

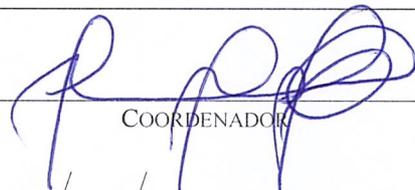


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
SOCIOLOGIA E DIREITO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H TEÓRICA: 60H PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Compreender as interseções entre a Sociologia e o Direito. Entender o direito como um fenômeno social. Apresentar ao aluno alguns métodos de pesquisa sociojurídica. Analisar criticamente a ideia de controle social. Analisar as relações entre direito e poder. Analisar as relações entre direito e verdade. Permitir a construção de um pensamento crítico acerca das instituições jurídicas.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Sociologia e Direito: compreendendo as interseções. Os métodos de pesquisa sociojurídica. Direito e Controle Social. Direito e Poder. Direito e Verdade. Sociologia das Instituições Jurídicas. Direito Alternativo e Uso Alternativo do Direito. Pluralismo Jurídico. Acesso à Justiça.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988. SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (Coord.). Manual de sociologia jurídica. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim (Orgs.). Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica. São Paulo: Pioneira, 1999. Complementar: FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 4. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. SANTOS, Boaventura de Sousa. O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.		



 COORDENADOR

DATA ____/____/____



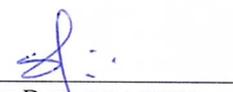
 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CONSTITUCIONAL I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H TEÓRICA: 60H PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Abordar conceitos básicos e instrumentos analíticos da Teoria da Constituição. Descrever os principais aspectos históricos dos movimentos constitucionais. Identificar os principais doutrinadores e comparar suas ideias sobre as concepções e classificações das constituições. Identificar os instrumentos e procedimentos de alterações na Constituição. Analisar os conflitos temporais entre: Constituição x Constituição e Constituição x Normas Infraconstitucionais. Avaliar os graus de aplicabilidade, eficácia e efetividade das normas constitucionais. Discutir os princípios constitucionais que fundamentam decisões do Supremo Tribunal Federal.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Constitucionalismo. Constituição. Tipologia das Constituições. Poder Constituinte. Direito Constitucional Intertemporal. Normas Constitucionais. Interpretação Constitucional.		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica:</p> <p>BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. Os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 5ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2015.</p> <p>CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7ª ed., Coimbra: Almedina, 2003.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 40ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2017.</p> <p>Complementar:</p> <p>BARROSO, Luis Roberto. Interpretação e Aplicação da Constituição. 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>BONAVIDES. Paulo. Curso de Direito Constitucional. 32ª ed. Malheiros: São Paulo, 2017.</p> <p>LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 21ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2017.</p>		

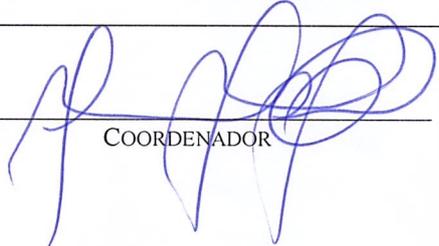


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



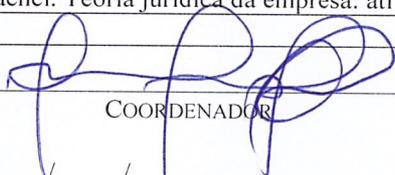
 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE			
CONTEÚDO DE ESTUDOS			
DIREITO			
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()	
DIREITO CIVIL: OBRIGAÇÕES			
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ			
CARGA HORÁRIA TOTAL:	TEÓRICA:	PRÁTICA:	ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()	
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:			
<p>O curso de Teoria Geral das Obrigações abrange o estudo das obrigações de dar coisa certa, coisa incerta, de fazer, de não fazer, solidárias, alternativas, de meio e de resultado etc. O curso engloba também questões referentes ao pagamento, assim como, o lugar do pagamento, e o tempo do pagamento, cuida também da consignação em pagamento, da sub-rogação e dação em pagamento. Faz parte, também da Teoria Geral das Obrigações o estudo da assunção de dívida e cessão de crédito. Finalmente ainda será estudada a inexecução das obrigações, da mora, dos juros, da cláusula penal e ainda as excludentes de culpabilidade, como caso fortuito e força maior. O estudo da Teoria Geral das Obrigações, por cuidar de matéria da vida cotidiana das pessoas é imprescindível para o aprendizado do direito.</p> <p>No final do curso, os alunos deverão estar aptos a: (1) compreender as principais diferenças entre as modalidades obrigacionais e as consequências jurídicas por elas implicadas; (2) analisar, sintetizar e avaliar textos doutrinários, jurisprudenciais e normativos; (3) solucionar problemas jurídicos relacionados às obrigações.</p>			
DESCRIÇÃO DA EMENTA:			
<p>Direito das obrigações. Aspectos gerais. Conceito de obrigações. Fontes. Obrigação. Conceito. Período romano. Concepções personalista e patrimonialista. Elementos das obrigações: sujeitos. Objeto. Vínculo jurídico. Classificação das obrigações: espécies (civil, natural, divisível, indivisível, solidária, alternativa, com faculdade de escolha). Efeitos. Obrigações quanto ao objeto, sujeito ou prestação. Cumprimento das obrigações: pagamento. Conceito. Natureza. Espécies e consequências. O adimplemento: total e substancial. Lugar do pagamento. Tempo do pagamento. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito. Assunção de dívida. Cessão da posição contratual. Assunção de dívida. Inadimplência. Conceito. Espécies e consequências: o inadimplemento absoluto e parcial. Quebra dos deveres anexos. A violação positiva do contrato. Caso fortuito e de força maior. Perdas e danos. Formas indiretas de pagamento: consignação. Sub-rogação. Imputação. Dação. Novação. Compensação. Transação. Compromisso. Confusão. Remissão. Juros natureza. Classificação. Conteúdo. Limitação constitucional. Aplicação prática. Cláusula penal. Arras. Privilégio.</p>			
BIBLIOGRAFIA			
<p>Básica: GOMES, Orlando. <i>Obrigações</i>. Atualizada e aumentada, de acordo com o Código Civil de 2002, por Edvaldo Brito. 18. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2016. VENOSA, Sílvio de Salvo. <i>Direito civil: obrigações e responsabilidade civil</i> – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. GONÇALVES, Carlos Roberto. <i>Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações</i>. vol.2. 13. ed. — São Paulo: Saraiva, 2016. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. <i>Direito das Obrigações</i>. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.</p> <p>Complementar: RIZZARDO, Arnaldo. <i>Direito das Obrigações: Lei nº 10.406, de 10.01.2002</i>. – 8. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2015. RENTERÍA, Pablo. <i>Obrigações de meios e de resultado: análise crítica</i>. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2011. AZEVEDO, Álvaro Villaça. <i>Teoria geral das obrigações e responsabilidade civil</i>. – 12. ed. – São Paulo: Atlas, 2011. NADER, Paulo. <i>Curso de direito civil: obrigações</i>. Volume 2 – 8. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.</p>			


 COORDENADOR


 CHEFE DE DEPARTAMENTO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO EMPRESARIAL I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL:	TEÓRICA: 30	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno informações e conhecimentos iniciais pertinentes ao Direito Empresarial, apresentando conceitos básicos, procedimentos registraes, responsabilidade patrimonial do agente econômico empresário e noções de contratos empresariais.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA		
Teoria geral do direito empresarial. Evolução histórica do direito empresarial. Teoria dos Atos de Comércio e Teoria da Empresa. Legislação aplicável. Correlação do direito empresarial com outros ramos do direito. Autonomia do direito empresarial. Fontes do direito empresarial. Princípios específicos. Conceitos: empresário, empresa, sócio e sociedade. Capacidade para o exercício da empresa. Menor empresário. Requisitos para o exercício da empresa. Capacidade e personalidade jurídica. Órgãos de registro da empresa. Sociedade simples e empresária: conceitos e distinções iniciais. EIRELI: distinção em relação ao E.I.. Obrigações do empresário: escrituração contábil e registro. Estabelecimento e ponto empresarial. Nome empresarial, título do estabelecimento e marca. Contrato de franquia, locação não residencial, e shopping center: cláusulas especiais na locação não residencial. Estabelecimento virtual. <i>E-commerce</i> .		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. v.1 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial. v.1 9.ed. São Paulo: Atlas, 2016. CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial: Direito de empresa. 14 ed. rev. e atual. Saraiva: São Paulo, 2016. COMPLEMENTAR RIZZARDO, Arnaldo. Direito de empresa. 5.ed.rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial. 7ª ed. rev.e atual. Forense: Rio de Janeiro; Método: São Paulo, 2017 MENDONÇA, Saulo Bichara. Empresário Individual de Responsabilidade Limitada: Limites e possibilidades como fomento à microempresa. Curitiba: Juruá, 2014. MENDONÇA, Saulo Bichara. Empresa: atividade econômica organizada. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017. SZTAJN, Rachel. Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.		



COORDENADOR

DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 30H	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Apresentar o conhecimento científico, o significado do paradigma científico, a importância do método. Analisar de maneira crítica a aplicação do método científico aos fenômenos sociais e ao Direito. Abordar os elementos de um projeto de pesquisa, as metodologias disponíveis e as normas brasileiras aplicáveis aos trabalhos científicos. Discutir o papel do trabalho monográfico.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
O paradigma científico: o que é ciência, seu método e sua importância histórica. As ciências sociais: aplicação do método científico ao estudo das sociedades. Aplicação de metodologia científica ao fenômeno jurídico. Elementos do projeto de pesquisa: tema, objeto, problema, hipótese, metodologia, marco teórico. Normas brasileiras aplicáveis ao trabalho científico: ABNT.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 24ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. AGUILLAR, Fernando. Metodologia da ciência do direito. 3.ed. São Paulo: Max Limonad, 2003. FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. Iniciação à pesquisa no direito. São Paulo: Campus, 2009. Complementar: KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. 5ª ed. São Paulo: Perspectivas, 1998. WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais: parte 1. 4ª ed. Campinas: Cortez, 2001. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.		

COORDENADOR

CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

3º Período = 300 CH

Direito Constitucional II (4) ✓

Direito Penal I (4) ✓

Direito Civil: Contratos (4) ✓

Direito Empresarial II (2) ✓

Direito Civil: Responsabilidade Civil (2) ✓

Direito Internacional Público (4) ✓

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CONSTITUCIONAL II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H TEÓRICA: 60H PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Descrever a estrutura do texto constitucional. Descrever os fundamentos e objetivos da República. Analisar os Direitos e Garantias Fundamentais sob à ótica normativa e jurisprudencial. Identificar as características do federalismo brasileiro. Analisar a repartição de competências entre os entes federados. Analisar as capacidades de auto-organização, autogestão e autoadministração dos entes federados. Comparar os sistemas eleitorais. Identificar as competências das casas legislativas e de seus membros. Analisar os instrumentos do processo legislativo. Identificar as competências do Chefe do Poder Executivo. Descrever os institutos de Defesa do Estado.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Preâmbulo Constitucional. Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Fundamentos e Objetivos da República. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Remédios Constitucionais. Nacionalidade. Direitos políticos. Partidos políticos. Federalismo. Repartição de competências. Entes Federados. Sistemas Eleitorais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Executivo. Intervenção. Estado de Defesa. Estado de Sítio. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 32ª ed. Malheiros: São Paulo, 2017. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 40ª Ed., São Paulo: Malheiros, 2017. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 15ª Ed., São Paulo: Saraiva. 2017. Complementar: BULOS, Uadi Lammego. Curso de Direito Constitucional. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 21ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2017. MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2017.		

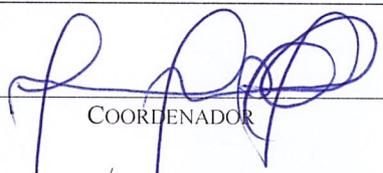


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO PENAL I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Desenvolver conhecimento fundamental a respeito de teoria do Direito Penal, através de seus elementos, princípios, teorias e conceitos; Reconhecer as categorias conceituais de Teoria da Norma Penal; Identificar os conceitos, institutos e princípios básicos de Teoria do Crime.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Conceitos de direito penal. Âmbitos da manifestação do direito penal: o positivo, o das Instituições punitivas, o do <i>ius puniendi</i> e o científico. A dogmática jurídico-penal. Relações entre o direito penal e outras áreas do direito, bem como com outros campos das ciências criminais. Princípios do direito penal. Fontes do direito penal. Esboço de uma história do direito penal. Escolas penais. Breve história do direito penal brasileiro. A lei e as normas penais. A lei penal no tempo e no espaço. Aplicação da lei penal de acordo com as pessoas (diplomatas e parlamentares). A teoria do crime ou delito: teorias da conduta; relação de causalidade; teoria da equivalência dos antecedentes causais; elementos do crime segundo o seu conceito estrutural. Tipicidade. Causas excludentes da tipicidade. Ilicitude. Culpabilidade. Estrutura dos crimes dolosos, culposos, comissivos, omissivos e comissivos por omissão. Tentativa: conceito e natureza jurídica. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, E. Raúl; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro. v. 1, 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. GRECO, Rogério. Curso de direito penal. v. 1, 19 ed. Niterói/RJ: Impetus, 2017 NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal – Parte geral. v. 1, 1. ed. São Paulo: GEN/Forense.		
Complementar: BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 12 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, E. Raúl; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro – Teoria do delito. v.2, 5. ed. Rio de Janeiro: Revan. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal - Parte geral. v. 1, 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal - Parte geral. v. 1, 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro - Parte geral. v. 1, 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.		



 COORDENADOR
 DATA ____ / ____ / ____

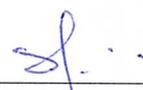


 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CIVIL: CONTRATOS		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 HORAS TEÓRICA: 60 HORAS PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Proporcionar ao futuro bacharel em direito o conhecimento das relações contratuais e seus efeitos, desde a formação dos vínculos aos contratos tratados na lei civil, de maneira que o aluno seja plenamente capacitado à compreensão e utilização destes institutos do Direito Civil em sua vida profissional.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Conceito; conteúdo econômico social; princípios fundamentais do regime contratual; interpretação dos contratos; elementos; formação; classificação; prova; contratos preliminares; efeitos. Estipulação em favor de terceiro; interpretação dos contratos; vícios redibitórios; evicção. Extinção do contrato: distrato; ineficácia; resilição; cláusula resolutiva; inexecução voluntária; cessação; violação positiva do contrato; rescisão e resolução; resolução por onerosidade excessiva.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica:</p> <p>TARTUCE, Flávio ; Bernardina, Humberto Dalla. Direito Civil: Teoria Geral Dos Contratos e Contratos Em Espécie - Vol. 3 - 12 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.</p> <p>GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. v.3. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. v.3. 21.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Grupo GEN/Forense, 2017.</p> <p>Complementar:</p> <p>CHALHUB, Melhim Namem. Negócio fiduciário. 4.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.</p> <p>PERLINGIERI, Pietro. Perfis do direito civil: introdução ao direito civil constitucional. 3.ed. São Paulo: Renovar, 2007.</p> <p>RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. v.3 30.ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; BODIN, Maria Celina. Código civil interpretado. v.2. 2 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.</p>		

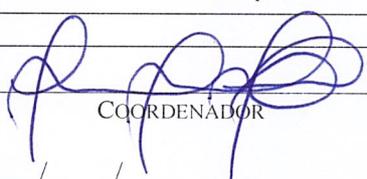


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO EMPRESARIAL II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL:	TEÓRICA: 30	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
<p>O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno informações e conhecimentos pertinentes aos títulos de crédito, obrigações cambiárias decorrentes das relações jurídicas cambiarioformes nos termos das leis especiais que regulam os títulos de crédito.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA		
<p>Direito cambial: evolução histórica dos títulos de crédito. O crédito e os títulos de crédito. Direito cambial: objetivos. Conceitos. Importância da circulação de riqueza. Garantias jurídicas. Requisitos formais. Atributos dos títulos de crédito. Legislação específica. Letra de câmbio. Conceito. Origem. Sujeitos da relação cambiária. Saque. Aceite. Aval. Endosso. Protesto. Prescrição. Nota promissória. Conceito. Requisitos essenciais. Protesto. Prescrição. Duplicata. Conceito. Origem. Espécies. Requisitos. Causas debendi. Prescrição. Legitimação especial. Cheque. Conceito. Origem e evolução. Requisitos. Legislação. Apresentação e desconto. Protesto. Prescrição. Aspectos processuais: ação de execução de títulos executivos extrajudiciais e ação monitória. Contratos empresariais que envolvem títulos de crédito: desconto bancário e <i>factoring</i>.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>BÁSICA COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. v.1 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio F. da. Títulos de crédito. 8.ed. São Paulo: Renovar, 2014. MAMEDE, Gladstone. Direito empresarial brasileiro: títulos de crédito. Vol. 3, 7ª ed. Atlas: São Paulo, 2012.</p> <p>COMPLEMENTAR NEGRÃO, Ricardo. Curso de direito comercial e de empresa: títulos de crédito e contratos empresariais. v.2 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito. 30.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. RIZZARDO, Arnaldo. Direito de empresa. 5.ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p>		



 COORDENADOR

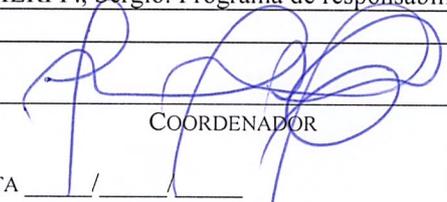
DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CIVIL: RESPONSABILIDADE CIVIL		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H	TEÓRICA: 60H	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Apresentar a responsabilidade civil a partir de uma perspectiva contemporânea, sua história e modificações na transição das codificações civis. Contextualizar os institutos de direito civil trabalhados preteritamente (negócio jurídico, obrigações e contratos) com o dever de indenizar. Apresentar espécies de responsabilidade civil que divergem da regra geral do Código Civil.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Noção de responsabilidade civil e evolução histórica: relativização da culpa, teoria do risco e responsabilidade objetiva como regra. Responsabilidade civil e responsabilidade penal. Elementos da responsabilidade civil - Ato ilícito: abuso de direito, excludentes de ilicitude; Culpa: graus de culpa, imputabilidade; Dano: dano indenizável, dano material, dano moral, perda de uma chance; Reparação: in natura, in pecúnia. Espécies de responsabilidade civil: Responsabilidade civil contratual e extracontratual; responsabilidade civil subjetiva e objetiva; responsabilidade civil subjetiva extracontratual ou aquiliana; responsabilidade civil objetiva extracontratual ou aquiliana <input type="checkbox"/>; responsabilidade civil objetiva genérica <input type="checkbox"/>; responsabilidade civil contratual e pré-contratual <input type="checkbox"/>; responsabilidade civil do transportador <input type="checkbox"/>; responsabilidade civil dos profissionais liberais.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Curso de Direito Civil: Volume IV. São Paulo: Atlas, 2015. GOMES, Orlando. Responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Forense, 2011. TARTUCE, Flávio. Direito Civil - Direito Das Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2 - 12ª Ed. Rio de Janeiro: GEN Forense, 2017. Complementar: SCHREIBER, Anderson. Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil: Da erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. RODRIGUES, Dárcio R.M. Responsabilidade civil por fato de terceiro. São Paulo: Quatier Latin, 2015. (Coleção Escola Brasileira de Direito Romano; v.2) CAVALIERI F., Sergio. Programa de responsabilidade civil. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p>		

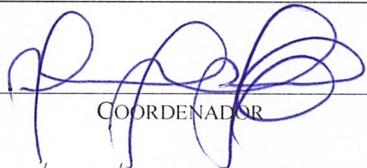


 COORDENADOR
 DATA ____ / ____ / ____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H	TEÓRICA: 60H	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
A disciplina tem como objetivo introduzir o aluno no estudo do direito internacional. A escolha dos aspectos a serem abordados buscou contemplar noções clássicas de direito internacional público, de forma a fornecer elementos necessários para a compreensão do papel do direito na regulamentação das relações internacionais. Neste sentido, a ementa tem como foco o Estado como principal sujeito de direito no contexto internacional, bem como a proibição do uso da força.		
DESCRICÃO DA EMENTA:		
Ordem jurídica internacional. Sociedade ou comunidade internacional? Diplomacia e Direito. Globalização e cooperação internacional. Atores e sujeitos do direito internacional público. Atores internacionais. Personalidade internacional. Estados. Organizações Internacionais. Indivíduos. Outros sujeitos de direito internacional. Fontes do direito internacional público. Formas convencionais e não-convencionais de expressão da vontade no direito internacional. Tratados. Costume. Princípios gerais. Outras fontes: atos unilaterais, resoluções de organizações internacionais. Soft law. Instrumentos de interpretação e compreensão. Jurisprudência. Doutrina. Analogia e Equidade. Relação entre direito internacional e direito interno. Teorias. Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Ordinárias. Conflitos entre Tratados Internacionais e Leis Constitucionais. Órgãos das relações internacionais dos Estados. Relações diplomáticas, consulares e frente a organizações intergovernamentais. Privilégios e imunidades dos Estados e das organizações intergovernamentais. A jurisdição espacial dos Estados. O território e suas espécies. Os espaços globais comuns. Os fenômenos transfronteiriços e o conceito de patrimônio comum da humanidade. A jurisdição pessoal e política dos Estados. A nacionalidade, o estrangeiro, a apatridia e a proteção diplomática. O asilo e a proteção dos refugiados. Fundamentos e implementação da Responsabilidade Internacional dos Estados. Projetos sobre responsabilidade do Estado. Operação dos Mecanismos de Solução Pacífica das Controvérsias Internacionais. Solução pacífica de controvérsias x uso da força. Sistema ONU e segurança coletiva. A ONU, histórico e sua regulamentação atual: órgãos, competências, atuação. Uso unilateral da força x uso multilateral da força. Legítima defesa. Forças de paz.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003 MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. MELLO, Celso Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000. Complementar: BROWLY, Ian. Principles of Public International Law, 1966. CASSESE, Antônio. International Law in a Divided World, Oxford, Claredon Press, 1986. HARRIS, D. J., Cases and Materials on International Law. London: Sweet & Maxwell, 1998. MALANCZUK, Peter. Akehurst's Modern Introduction to International Law. London/New York: Routledge, 1997. MELLO, Celso de Albuquerque. Direito Constitucional Internacional. São Paulo. Renovar: 2012.		



 COORDENADOR

DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

4º Período = 330 CH

Direito Constitucional III (4) ✓

Direito Penal II (4) ✓

Direito Civil: Contratos em Espécie (4) ✓

Teoria do Processo I (4) ✓

Direito Empresarial III (4) ✓

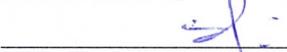
Direitos Consumerista (2) ✓

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CONSTITUCIONAL III		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H	TEÓRICA: 60H	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
O aluno deverá demonstrar como domínio de aprendizagem o estudo do Poder Judiciário e o exercício do Controle constitucionalidade, bem como a previsão constitucional da Ordem Social e sua aplicabilidade.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>O poder judiciário: composição organicista (art. 92). As prerrogativas da magistratura (art. 95) e o juiz na ordem constitucional (art. 93). A existência do -quinto constitucional- nos tribunais regionais federais e nos tribunais de justiça dos estados e do distrito federal (art. 94). O supremo tribunal federal e suas competências originárias, recursais ordinárias e recursais extraordinárias (art. 101 e art.102), bem como o controle de constitucional (art. 103; retomado depois, em tópico específico). As súmulas vinculantes e a verticalização do poder judiciário (art. 103-a). A organização geral da justiça e competências privativas dos tribunais, em geral (art. 96, inciso i), as tribunais superiores e aos tribunais de justiça dos estados (art. 96, ii) e autonomia administrativa e financeira (art. 99). O controle externo do poder judiciário: o conselho nacional de justiça (art. 103-b). O superior tribunal de justiça e suas competências originárias, recursais ordinárias e recursais especiais (art. 104 e art. 105). Os tribunais regionais federais e suas competências originárias e recursais, bem como a justiça federal de primeira instância e suas competências jurisdicionais (art. 106 até art. 110). O sistema da justiça do trabalho: o tribunal superior do trabalho, os tribunais regionais do trabalho e a justiça federal do trabalho de primeira instância (art. 111 até art. 116). O sistema judiciário eleitoral: tribunal superior eleitoral, tribunais regionais eleitorais, juízes e juntas eleitorais (art. 118 até art. 121). A justiça militar: o superior tribunal militar e a organização das auditorias militares (art. 122 até art. 124). O poder judiciário dos estados: tribunais de justiça e juízes de direito (art. 125). A organização dos juizados federais, estaduais e no distrito federal (art. 98). Demais funções essenciais à justiça: ministério público (art. 127 até art. 130) e seu controle externo (conselho nacional do min. Público, art. 130-a), advocacia pública na união (art.131) e nos estados (art. 132). A defensoria pública (art. 134) e a advocacia (art. 133). O controle da constitucionalidade das leis e o seu impacto no sistema jurídico. O controle repressivo e abstrato pelo STF (art. 103). O controle incidental e o controle abstrato de normas (art. 102 e seg.). O controle de constitucionalidade pelos órgãos especiais dos tribunais de justiça dos estados (art. 97). A tensão entre o controle político e o controle judicial da integração jurídica. Da ordem econômica e financeira princípios gerais e a constituição econômica (art. 170). A indiferenciação entre empresa brasileira e estrangeira (art. 171) e sua supressão pela emenda constitucional n. 6). A atividade econômica privada e o estado: a liberdade econômica (art. 170 §único). Atuação indireta no domínio econômico (art. 174). Atuação direta do estado no domínio econômico: as empresas públicas, as sociedades de economia mista (art. 173, §1º), os monopólios (art. 177) e o direito ao subsolo (art. 176). O sistema financeiro nacional (art. 192) e sua retirada da constituição pela emenda constitucional n. 40). A ordem social na constituição e sua relação com os direitos sociais do art. 6º (art. 193 e seg.). O controle judicial de políticas públicas.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquemático. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p> <p>Complementar: AFONSO DA SILVA, José. Curso de Direito Constitucional Positivo. 40 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017. BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de Direito Constitucional. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MORAES, Guilherme Pena de. Curso de Direito Constitucional. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2016. MORAIS, Alexandre de. Direito Constitucional. 33ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p>		



 COORDENADOR

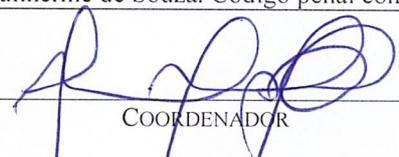
DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO PENAL II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Analisar os elementos centrais do concurso de pessoas. Reconhecer os elementos, princípios, teorias e conceitos fundamentais sobre Teoria da Pena. Identificar os conceitos, institutos e princípios básicos das causas de exclusão de punibilidade.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Concurso de Pessoas. Penas: conceitos de pena; origem e fundamento do poder-dever de punir. Cominação, aplicação e execução da pena. Princípios-reitores da aplicação da pena. Penas privativas de liberdade. Regimes prisionais. Penas restritivas de direitos. Natureza jurídica da conversão das penas privativas de liberdade em penas restritivas de direitos. Pena de multa. Sistema trifásico da aplicação da pena: a pena-base; as circunstâncias legais (circunstâncias agravantes e circunstâncias atenuantes; causas de aumento e de diminuição. Concurso de crimes; o material e o formal. o crime continuado. <i>Aberratio ictus, aberratio delicti e aberratio causae</i> . Suspensão condicional do cumprimento da pena (sursis). Livramento condicional. Efeitos da condenação penal. Reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal: conceito e espécies. Causas da extinção da punibilidade. Prescrição: conceito e espécies.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, E. Raúl; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro. v. 1, 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. GRECO, Rogério. Curso de direito penal. v. 1, 19 ed. Niterói/RJ: Impetus, 2017 NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal – Parte geral. v. 1, 1. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017. Complementar: BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 12 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal - Parte geral. v. 1, 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal - Parte geral. v. 1, 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro - Parte geral. v. 1, 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 17. ed São Paulo: GEN/Forense.		

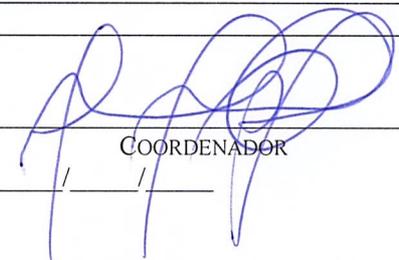


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CIVIL: CONTRATOS EM ESPÉCIE		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H TEÓRICA: 60H PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Analisar os objetivos gerais e específicos dos contratos em espécie e das declarações unilaterais de vontade, proporcionando ao estudante condições de constituir, modificar e extinguir contratos e interagir com as variadas declarações unilaterais de vontade.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Das espécies de contrato: Da compra e venda. Legitimidade para a compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Da troca ou permuta. Do contrato estimatório. Da doação. Revogação da doação: causas e procedimentos. Da locação de coisas. Do empréstimo: Comodato e mútuo. Da prestação de serviços. Da empreitada. Do depósito. Prisão civil do depositário infiel. Do mandato. Do transporte. Transporte de pessoas e transporte de coisas. Do seguro. Da constituição de renda. Da fiança. Declarações unilaterais de vontade: Da promessa de recompensa. Da gestão de negócios. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil: contratos. v.3 20.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Instituições de direito civil: contratos. v.3. São Paulo: Revista dos tribunais, 2016. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: contratos em espécie. v.3 16.ed. São Paulo: Atlas, 2016. Complementar: NADER, Paulo. Curso de direito civil: contratos. v.3 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro 3: Contratos e atos unilaterais. 14ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017. TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; BODIN, Maria Celina. Código civil interpretado. v.2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.		



 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
TEORIA DO PROCESSO I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 TEÓRICA: 60 PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Apresentar as matrizes basilares do direito processual, notadamente voltado para as novas percepções desse ramo do direito, regado à princípios e garantias processuais constitucionais. Possibilitar a percepção do direito processual contemporâneo mais afeto à efetiva pacificação dos conflitos.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Acesso à justiça. Noções fundamentais de direito processual positivo. Órgãos do Poder Judiciário. Direito Processual: conceito, natureza, posição enciclopédica, divisão; fontes do Direito Processual brasileiro. Jurisdição: função jurisdicional e distinção das outras funções do Estado; Noções gerais de Meios Alternativos de Solução de Conflitos. Competência: conceito, espécies, critérios de determinação; modificação de competência; incompetência; noções sobre conflito de competência. Ação: conceito, natureza jurídica, espécies; condições para o regular exercício do direito de ação; direito de defesa. Processo: conceito, natureza jurídica, espécies. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais. Processo e procedimento. Estrutura dos procedimentos no CPC e na legislação extravagante.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: THEODORO JÚNIOR, Humberto. <i>Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum</i> – vol. I. 58. ed. rev., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2017. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. <i>Direito Processual Civil Contemporâneo</i>, vol 1, 7a edição. São Paulo: Saraiva, 2017. DINAMARCO, Cândido Rangel. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. <i>Teoria Geral do novo Processo Civil</i>. São Paulo: Malheiros. 2ª ed. rev. e atual. 2017.</p> <p>Complementar: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. <i>Novo Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo Civil - Vol. 1 - 3ª Ed.</i> Malheiros, 2017. DIDIER JR., Fredie. <i>Sobre A Teoria Geral do Processo, Essa Desconhecida - 3ª Ed.</i> JusPodivm, 2016. PINTO MARTINS, Sérgio. <i>Teoria Geral do Processo - 2ª Ed.</i> Saraiva, 2017.</p>		

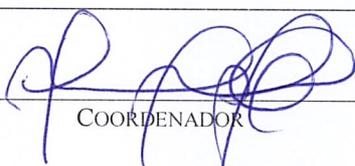


 COORDENADOR
 DATA ____ / ____ / ____



 CHEFE DE DEPTO/COORDENADOR
 DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>			
CONTEÚDO DE ESTUDOS			
DIREITO			
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()	
DIREITO EMPRESARIAL III			
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ			
CARGA HORÁRIA TOTAL:		TEÓRICA: 60	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)		OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE			
O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno informações e conhecimentos pertinentes ao Direito Societário.			
DESCRIÇÃO DA EMENTA			
Introdução ao direito societário: significado jurídico das expressões sociedade, firma, empresa e associação. Conceito de sociedade empresária e de sociedade simples. Personalidade jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Contrato de sociedade. Elementos comuns: agente capaz; objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei. Elementos específicos: pluralidade de sócios, constituição do capital social, participação dos sócios nos lucros e perdas e <i>affectio societatis</i> . Extensão da responsabilidade pessoal dos sócios. Sociedade leonina. Sociedade unipessoal no Direito Brasileiro e no Direito Comparado. Classificação das sociedades. Tipos societários. Sociedades não personificadas: sociedade em comum e sociedade em conta de participação. Sociedades personificadas. Sociedade simples: direitos e obrigações dos sócios, administração, relação com terceiros, resolução do contrato em relação a um sócio e dissolução. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade limitada: quotas, administração, conselho fiscal, deliberações dos sócios, aumento e redução do capital social, resolução da sociedade em relação a sócios minoritários, dissolução. Noções gerais de sociedades por ações: sociedade anônima e sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades coligadas. Da liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades. Da Sociedade dependente de autorização. Da sociedade nacional e da sociedade estrangeira.			
BIBLIOGRAFIA			
BÁSICA COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. v.2. Saraiva, São Paulo, 2016. MAMEDE, Gladstone. Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial. v.2. Ed. Atlas, São Paulo, 2013. NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. v.2 Saraiva, 7.ª ed. 2017.			
COMPLEMENTAR RIZZARDO, Arnaldo. Direito de empresa. Ed. Forense. 5.ed.2014. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial. 7ª ed. rev.e atual. Forense: Rio de Janeiro; Método: São Paulo, 2017. CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial: Direito de empresa. 14 ed. rev. e atual. Saraiva: São Paulo, 2017.			



 COORDENADOR

DATA ____/____/____



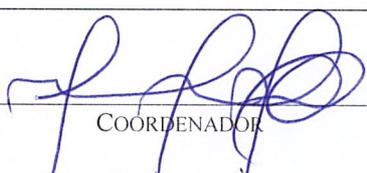
 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

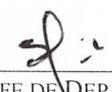
5º Período = 330 CH

Direito Penal III (4) ✓
Direito Civil: Reais I (4) ✓
Teoria do Processo II (4) ✓
Filosofia do Direito (4) ✓
Direito Empresarial IV (2) ✓
Trabalho I (4)

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO PENAL III		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Analisar os elementos centrais dos crimes contra a pessoa; Reconhecer os elementos, princípios, teorias e conceitos fundamentais sobre crimes contra a liberdade individual; Identificar os conceitos, institutos e princípios básicos sobre os crimes contra o patrimônio; Apresentar os conceitos centrais a respeito dos crimes contra a propriedade imaterial; Descrever os elementos fundamentais sobre os crimes contra a organização do trabalho e contra o sentimento religiosos e respeito aos mortos.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Crimes contra a pessoa: crimes contra a vida; lesões corporais; periclitación da vida e da saúde. rixa. Crimes contra a honra. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: GRECO, Rogério. Curso de direito penal. v. 2, 14 ed. Niterói/RJ: Impetus, 2017. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal – Parte geral. v. 2, 1. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro - Parte especial . v. 2, 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Complementar: BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal - Parte especial. v. 2, 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal - Parte especial. v. 3, 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal - Parte especial . v. 2, 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. GRECO, Rogério. Código penal comentado. 11. ed. Niterói/RJ: Impetus, 2017. NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 17. ed São Paulo: GEN/Forense.		

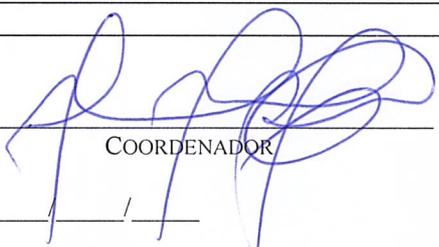


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____

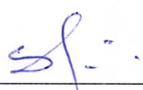


 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>			
CONTEÚDO DE ESTUDOS			
DIREITO			
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()	
DIREITO CIVIL: REAIS I			
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ			
CARGA HORÁRIA TOTAL:	TEÓRICA:	PRÁTICA:	ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()			
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:			
Direitos Reais (jus in re) ou Direito das Coisas é dividido em duas partes, em primeiro momento o curso tem por objeto o estudo das coisas corpóreas, móveis ou imóveis, submetidas direta ou imediatamente ao respectivo titular de direito e que formam o nosso patrimônio tornando possível a própria sobrevivência e a perpetuação da espécie, cujo fundamento são as suas utilidades econômicas e possibilidades de fruição e disposição. O Direito das Coisas engloba a posse que antecede à propriedade e todos os modos de adquiri-la, visualizadas, hoje, dentro dos parâmetros constitucionais de sua função social, bem como em todos os seus desmembramentos, tais como o direito de superfície, agasalhado pelo atual Código Civil.			
DESCRIÇÃO DA EMENTA:			
Dos direitos reais. Caracteres dos direitos reais; sua distinção dos demais direitos patrimoniais: direitos reais e direitos obrigacionais. Direitos reais sobre coisa própria e alheia. A função social e o direito das coisas. Da posse. A posse no direito romano, medieval e moderno, sua natureza jurídica e requisitos; a função social da posse; classificação da posse; aquisição e perda da posse; dos efeitos da posse. Direitos e deveres dos possuidores de boa e de má fé. A proteção à posse; fundamentos da proteção possessória; os interditos possessórios: origem; espécies; natureza; características; da exceção de domínio. A propriedade: conceito; origem e evolução; a função social da propriedade; caracteres, objeto, conteúdo; modalidades de aquisição e perda. Propriedade e domínio no código civil de 2002; limitações impostas ao direito de propriedade; o estatuto da cidade e as limitações à propriedade urbana; os direitos de vizinhança. Condomínio: conceito, natureza e espécies. O condomínio voluntário: direitos e deveres dos condôminos; administração e divisão da coisa comum; condomínio necessário: paredes, muros, cercas, valas e pastagens; condomínio edilício: natureza jurídica; direitos e deveres dos condôminos; administração e divisão da coisa comum; o condomínio de fato; extinção. Propriedade resolúvel: conceitos, características, direitos e deveres. A propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia: conceito, natureza jurídica, características, objeto, requisitos, legislação.			
BIBLIOGRAFIA			
Básica: PEREIRA, Caio Mário da Silva. <i>Instituições de direito civil</i> – Vol. IV / Atual. Carlos Edison <u>do Rêgo Monteiro Filho</u> . – 25. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. VENOSA, Sílvio de Salvo. <i>Direito civil: reais</i> – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. TARTUCE, Flávio. <i>Direito civil: Direito das Coisas</i> . Vol. IV – 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald. <i>Direitos Reais</i> . Salvador: Juspodium, 2016. Complementar: GOMES, Orlando. <i>Direitos Reais</i> . – 21a ed. rev. e atual. / por Luiz Edson Fachin. – Rio de Janeiro: Forense, 2012. LISBOA, Roberto Senise. <i>Manual de direito civil: direitos reais e direitos intelectuais</i> . Vol. IV – 7. ed. – São Paulo : Saraiva, 2013. NADER, Paulo. <i>Curso de direito civil: direito das coisas</i> . Vol. 4 – 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016. GONÇALVES, Carlos Roberto. <i>Direito civil brasileiro: direito das coisas</i> . Volume 5 – 12. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.			



 COORDENADOR



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

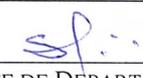
DATA ____ / ____ / ____

DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
TEORIA DO PROCESSO II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 TEÓRICA: 60 PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Apresentar os elementos do processo e os sujeitos do processo, demonstrando as figuras processuais que funcionam no processo como as partes e os procuradores, os auxiliares da justiça e o juiz, bem como o ministério público, a defensoria pública e os terceiros, os conciliadores e os mediadores judiciais. A disciplina comporta ainda a análise dos aspectos econômicos do processo e os atos processuais, incluindo os processos eletrônicos, e a comunicação dos atos processuais.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Sujeitos do processo: partes e procuradores; capacidade processual; deveres, sucessão das partes; pluralidade de partes. Outras figuras no processo: intervenção de terceiros; o juiz e os auxiliares de justiça, conciliadores e mediadores judiciais; a defensoria pública, a advocacia pública e o ministério público. Impedimento e suspeição: hipóteses e forma de arguição. Aspectos econômicos do processo: honorários, valor da causa, sucumbência, gratuidade de justiça, responsabilidade por dano processual. Pronunciamento do juiz: modalidades e características. Atos processuais: forma, modo, tempo, lugar, prazo e modalidades de comunicação dos atos processuais (citação, intimação e cartas); prática eletrônica de atos processuais. Atos das partes, do escrivão ou chefe de secretaria; nulidades dos atos processuais. Abertura do processo: distribuição e registro.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: THEODORO JÚNIOR, Humberto. <i>Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum</i> – vol. I. 58. ed. rev., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Forense, 2017. PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. <i>Direito Processual Civil Contemporâneo</i> , vol I, 7a edição. São Paulo: Saraiva, 2017. DINAMARCO, Cândido Rangel. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. <i>Teoria Geral do novo Processo Civil</i> . São Paulo: Malheiros. 2a ed. rev. e atual. 2017. Complementar: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. <i>Novo Curso de Processo Civil - Teoria Geral do Processo Civil - Vol. 1 - 3ª Ed.</i> Malheiros, 2017. DIDIER JR., Fredie. <i>Sobre A Teoria Geral do Processo, Essa Desconhecida</i> - 3ª Ed. JusPodivm, 2016. PINTO MARTINS, Sérgio. <i>Teoria Geral do Processo - 2ª Ed.</i> Saraiva, 2017.		

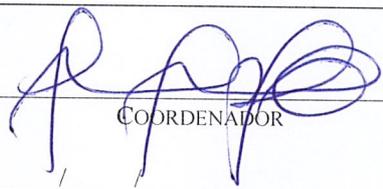


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
FILOSOFIA DO DIREITO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H/A	TEÓRICA: X	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
O curso tem como objetivo tornar as alunas e os alunos capazes de: conhecer os principais temas, conceitos e princípios que delimitam o campo de estudos da Filosofia do Direito, com a consequente mobilização de instrumentos teóricos hábeis para a compreensão do fenômeno jurídico e político enquanto experiência humana; desenvolver uma reflexão crítica argumentativa que possa dar conta não somente dos conceitos construídos historicamente, mas também das principais controvérsias que envolvem o debate contemporâneo com relação aos institutos estudados; apontar alguns dos principais desafios da Filosofia do Direito, no que concerne à sua crispatura atual, analisando diferentes posturas e se posicionando a respeito.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Condições históricas para o surgimento da filosofia na Grécia Antiga. Introdução ao conceito de Filosofia. Objeto da Filosofia do Direito. Principais referências teóricas da Filosofia do Direito na Antiguidade e na Modernidade. Crítica contemporânea às instituições jurídicas e políticas. Diversas acepções teóricas do conceito de justiça. Platão e Aristóteles: a cidade justa, a justiça segundo o critério da virtude e da vida boa. Jeremy Bentham e John Stuart Mill: o utilitarismo e a justiça segundo o critério de majoração do bem-estar. Immanuel Kant e John Rawls: a liberdade como critério para a ordem justa e os princípios operativos de justiça. Friedrich Nietzsche: origem da justiça, a instituição da lei e o direito como instrumento de dominação.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: NIETZSCHE, F. Genealogia da moral: uma polêmica, tradução de Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. PLATÃO. A república, tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 2014. SANDEL, M. J. Justiça: o que é fazer a coisa certa?, tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Complementar: DELACAMPAGNE, C. A filosofia política hoje: idéias, debates, questões, tradução de Lucy Magalhães, Rio de Janeiro: Zahar, 2001. FERRAZ JUNIOR, T. S. Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito, São Paulo: Atlas, 2009. RAWLS, J. Uma Teoria da Justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2000. REALE, M. Filosofia do Direito, São Paulo: Saraiva, 2002. SEN, A. A ideia de justiça, tradução de Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.		



 COORDENADOR

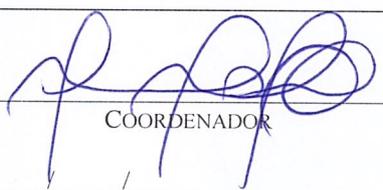


 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>			
CONTEÚDO DE ESTUDOS			
DIREITO			
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO ()	
DIREITO EMPRESARIAL IV		ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()	
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ			
CARGA HORÁRIA TOTAL:		TEÓRICA: 30	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)		OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE			
O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno informações e conhecimentos pertinentes à sociedade por ações, apresentando conceitos básicos, procedimentos registrais, responsabilidade patrimonial da companhia e dos acionistas.			
DESCRIÇÃO DA EMENTA			
A sociedade por ações. Noções históricas. Conceito e natureza jurídica. Característica. Companhia aberta e companhia fechada. O capital: conceito, fixação e formação. Constituição da sociedade por ações de capital aberto e fechado: junta comercial e comissão de valores mobiliários. Capital social: constituição, aumento e redução. Valores mobiliários: ações: valores, espécies, formas de circulação e classes; debêntures: debenturistas, agente fiduciário debenturista e outros valores mobiliários. Órgãos societários: assembleia geral: ordinária e extraordinária, conselho de administração, diretoria e conselho fiscal. Direitos dos sócios: essenciais e não essenciais. Voto: voto múltiplo, voto plural e acordo de acionistas. Dissolução, liquidação e extinção societária. Transformação, incorporação, fusão e cisão.			
BIBLIOGRAFIA			
BÁSICA			
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. v.2 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.			
CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial: Sociedade anônima. 2.ed. Saraiva: São Paulo, 2017.			
MAMEDE, Gladstone. Direito empresarial brasileiro: direitos societário - sociedades simples e empresária. Vol. 2. 6. ed., Atlas: São Paulo, 2012			
COMPLEMENTAR			
RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial. 7ª ed. rev.e atual. Forense: Rio de Janeiro; Método: São Paulo, 2017.			
CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial: Sociedade Anônima. 2ª ed. Saraiva: São Paulo, 2017.			
RIZZARDO, Arnaldo. Direito de empresa. 5.ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.			

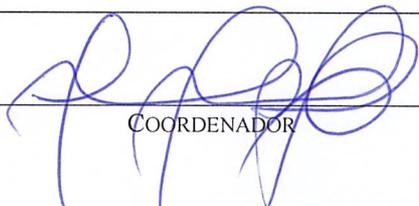


 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
TRABALHO I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: X	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Introdução à disciplina Direito do Trabalho I, situar o aluno na hermenêutica trabalhista e nos Princípios laborais. Autonomia científica do Direito do Trabalho.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Surgimento e importância do direito do trabalho; legislação e interpretação da lei do trabalho; fontes subsidiárias (art. 8º da CLT); empregado, autônomo e eventual (art. 3º CLT); relações especiais de trabalho: estatutário, doméstico, cooperado, estagiário, avulso, e outros; empregador (art. 2º da CLT) e equiparados; sucessão trabalhista (art. 10º da CLT); responsabilidade solidária (§2º do art. 2º); contrato de trabalho; contrato de experiência e outros contratos a prazo; alteração do contrato de trabalho (art. 468), entre sujeitos, entre horário, entre local (transferência - art. 469); jornada de trabalho; estabilidade e FGTS; aviso prévio.		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica:</p> <p>BARROS, Alice Monteiro. Curso de Direito do trabalho. 11ª. ed. São Paulo: LTr, 2017.</p> <p>CASSAR, Vólia Bomfim Cassar. Direito do trabalho. 14.ed. São Paulo: Método, 2017.</p> <p>DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 16.ed. São Paulo: LTr, 2017.</p> <p>Complementar:</p> <p>GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Direito do Trabalho. 9ª Ed. São Paulo. Ed GEN. 2016.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 29ª. Edição. São Paulo. Ed. Saraiva. 2014.</p> <p>LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. 8ª. Ed. São Paulo. Ed. Saraiva. 2017.</p>		



COORDENADOR



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

6º Período = 330 CH

Direito Civil: Reais II (2) ✓

Administrativo I (4) ✓

Trabalho II (4) ✓

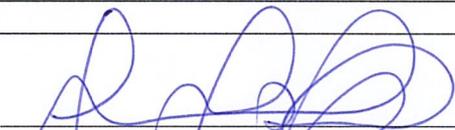
Direito Penal IV (4) ✓

Processo de Conhecimento Cível (4) ✓

Fundamentos dos Direitos Humanos (2) ✓

Direito Empresarial V (2) ✓

FORMULÁRIO Nº 13 – ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO CIVIL: REAIS II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL:	TEÓRICA:	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Desprendimento da primeira parte do curso, nesse segundo momento compreende, igualmente, o estudo dos direitos reais, especificamente suas modalidades sobre a coisa alheia (jura in re aliena), separados da propriedade, a saber: usufruto, uso, habitação e servidão. Completando a matéria, temos os Direitos Reais de Garantia, cujo conteúdo é a sua submissão ao cumprimento de uma prestação de origem creditícia e pessoal: o penhor, a hipoteca e a anticrese.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Direitos reais sobre coisas alheias: conceito, natureza, características. Espécie. Sujeitos de direito. Proteção. Superfície: conceito, natureza jurídica. Características. Requisitos. Objeto. Espécies e extinção. O direito real de superfície no código civil e no estatuto das cidades. Enfiteuse: noções gerais, natureza jurídica. Aplicabilidade após o código civil /02, ultra atividade do código civil de 2016. Servidões prediais: conceito, natureza jurídica, modos de constituição. Objeto. Classificação geral e espécies.do usufruto conceito, natureza jurídica. Objeto. Requisitos. Espécies. Direitos e deveres das partes. Distinção do fideicomisso. Extinção. Direito real de uso e direito real de habitação. Conceito, natureza jurídica. Objeto. Requisitos. Espécies. Direitos e deveres das partes. Concessão de uso especial para fins de moradia. Conceito, natureza jurídica. Objeto. Requisitos. Espécies. Direitos e deveres das partes. O estatuto das cidades. Promessa irrevogável de venda registrada: conceito, natureza jurídica, características. Requisitos. Legislação vigente. Adjudicação compulsória. Extinção. Direitos reais de garantia: conceito, natureza jurídica, características e princípios, extinção. Penhor. Conceito, natureza jurídica, características, objeto. Penhor agrícola, pecuário e de títulos de crédito. Extinção 12. Penhor. Conceito, natureza jurídica, características, objeto. Penhor agrícola, pecuário e de títulos de crédito. Extinção. Anticrese. Conceito, características, objeto. Direitos e deveres das partes. Extinção. Hipoteca. Conceito, natureza jurídica, características. Objeto. Espécies. Indivisibilidade. Remição. Execução (espécies).		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil – Vol. IV / Atual. Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho. – 25. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: reais – 17. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. TARTUCE, Flávio. Direito civil: Direito das Coisas. Vol. IV – 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald. Direitos Reais. Salvador: Juspodium, 2016. Complementar: GOMES, Orlando. Direitos Reais. – 21a ed. rev. e atual. / por Luiz Edson Fachin. – Rio de Janeiro: Forense, 2012. LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil: direitos reais e direitos intelectuais. Vol. IV – 7. ed. – São Paulo : Saraiva, 2013. NADER, Paulo. Curso de direito civil: direito das coisas. Vol. 4 – 7. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das coisas. Volume 5 – 12. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.		



 COORDENADOR

DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



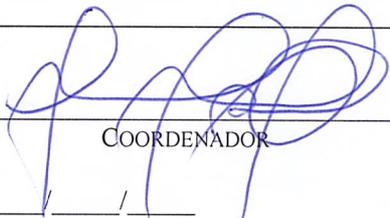
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE



PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

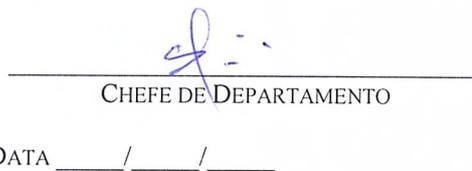
COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	criação (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ADMINISTRATIVO I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H	TEÓRICA:	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Identificar os fenômenos sociais que impulsionaram a criação do direito administrativo como disciplina jurídica autônoma, as linhas mestras de sua evolução até o momento e as suas perspectivas de desenvolvimento diante da globalização, das mutações do Estado contemporâneo e das novas demandas da sociedade contemporânea. Buscar as fontes primárias e secundárias deste ramo do direito público. Discriminar os diversos sentidos da expressão Administração Pública, bem como especificar as características do regime jurídico predominantemente público que lhe é subjacente. Investigar os sujeitos da Administração, quem são, suas características, como interagem com o livre mercado e com o Estado. Introduzir a disciplina constitucional e infraconstitucional acerca dos servidores públicos e seu Regime Jurídico Único. Relacionar conceito de servidor com atos de improbidade, indicando o procedimento de inquéritos e sindicâncias administrativas. Perpassar pela natureza jurídica de bens públicos e suas classificações. Analisar criticamente os institutos estudados como etapa da preparação para a compreensão dos temas que serão tratados na disciplina Direito da Administração II.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>.Direito administrativo. Estado, Poder Executivo, Administração Pública, História. Regime Jurídico administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Princípios da Administração. Sujeitos: Administração Centralizada; Administração descentralizada: Autarquias, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Fundações; Sujeitos por colaboração: Convênios, Consórcios, Concessão, Permissão, Parcerias Público-Privadas, Terceirização, Autorização e Credenciamento; Sujeitos por cooperação: Serviço social autônomo (Sistema S) Organizações Sociais (OS) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Servidores Públicos: Histórico, Regimes Existentes, Cargo Público, Provimento, Desprovimento, Remuneração. Aposentadoria. Improbidade Administrativa, Lei 8.112/90. Bens Públicos: Afetação, Desafetação, Regime Jurídico, Bens de uso comum, Bens de uso especial, Bens dominicais, Formas de Uso, Uso privado de bens públicos.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 31ª ed., São Paulo: Atlas, 2017. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30ª ed., São Paulo: Atlas, 2017. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>Complementar: SADDY, André. Formas de atuação e intervenção do Estado brasileiro na economia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. SADDY, André. Apreciatividade e discricionariedade administrativa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. SADDY, André. Limites à tomada de decisão e controle judicial da Administração Pública. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.</p>		



COORDENADOR

DATA ____ / ____ / ____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
TRABALHO II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: X	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Continuação da disciplina Direito do Trabalho I e introdução ao Direito Coletivo.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Interrupção e suspensão do contrato; férias, remuneração e salário; salário <i>in natura</i> , princípios de proteção do salário; equiparação salarial e isonomia; rescisão contratual por iniciativa do empregador, pedido de demissão e rescisão por justa causa, rescisão por culpa recíproca. Direito coletivo, estrutura sindical brasileira. Greve. Liberdade e autonomia sindical. Poder normativo. Acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho, sentença normativa. Dissídio coletivo.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: BARROS, Alice Monteiro. Curso de Direito do trabalho. 11ª. ed. São Paulo: LTr, 2017. CASSAR, Vólia Bomfim Cassar. Direito do trabalho. 14.ed. São Paulo: Método, 2017. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 16.ed. São Paulo: LTr, 2017. Complementar: GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Direito do Trabalho. 9ª Ed. São Paulo. Ed GEN. 2016. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. 29ª. Edição. São Paulo. Ed. Saraiva. 2014. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. 8ª. Ed. São Paulo. Ed. Saraiva. 2017.		



 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO PENAL IV		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Identificar os elementos centrais dos crimes contra a dignidade sexual; Apresentar os elementos, princípios, teorias e conceitos fundamentais sobre crimes contra a família; Reconhecer os conceitos, institutos e princípios básicos sobre os crimes contra a incolumidade pública; Analisar os conceitos centrais a respeito dos crimes contra a saúde pública; Descrever os elementos fundamentais sobre os crimes contra a fé pública e contra a administração pública.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a saúde pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: GRECO, Rogério. Curso de direito penal. v. 3, 14 ed. Niterói/RJ: Impetus, 2017. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal – Parte geral. v. 3, 1. ed. São Paulo: GEN/Forense, 2017. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro - Parte especial . v. 2, 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Complementar: BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal - Parte especial. v. 4, 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal - Parte especial. v. 5, 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal - Parte especial . v. 3, 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. GRECO, Rogério. Código penal comentado. 11. ed. Niterói/RJ: Impetus, 2017. NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 17. ed São Paulo: GEN/Forense.		


COORDENADOR

DATA ____/____/____


CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – *ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE*

CONTEÚDO DE ESTUDOS

DIREITO

NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
FUNDAMENTOS DE DIREITOS HUMANOS		

DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H TEÓRICA: X PRÁTICA: ESTÁGIO:

DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:

Apresentar o panorama do tema a partir de várias óticas. Despertar a reflexão sob o contraste dogmático e fático que engloba o tema. Evidenciar as variadas ambiências em que está inserido. Destacar instrumentos para construção e aperfeiçoamento da cultura dos direitos humanos.

DESCRIÇÃO DA EMENTA:

1. Introdução aos Direitos Humanos. Aspectos históricos e filosóficos dos direitos humanos. Fundamentalidade dos Direitos Humanos. Direitos Humanos na perspectiva da evolução do Estado. Características, terminologia e classificação. Direitos Humanos na Constituição de 1988. 2. Sistema Internacional de proteção dos Direitos Humanos. Estrutura normativa global. Direitos Cíveis e Políticos. Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Tutela dos vulneráveis. 3. Sistema Regional de Proteção dos Direitos Humanos. Sistema Interamericano. Sistema Europeu. Sistema Africano. Mercosul e Direitos Humanos. 4. Direito Internacional dos Direitos Humanos: Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito dos Refugiados. 5. Temas dos direitos humanos: Educação e cidadania para os direitos humanos. Gênero. Minorias étnicas. Indígenas. Meio Ambiente. Migrações. Políticas Públicas Afirmativas.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

BOBBIO, Noberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2008.

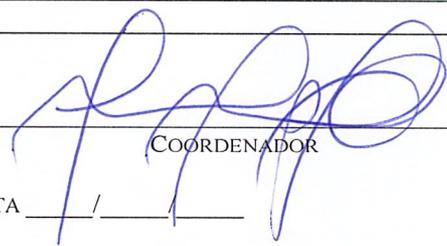
LAFER, Celso. *Reconstrução dos direitos humanos – um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

Complementar:

PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos Direitos Humanos na ordem internacional*. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Curso de Direitos Humanos*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.



COORDENADOR

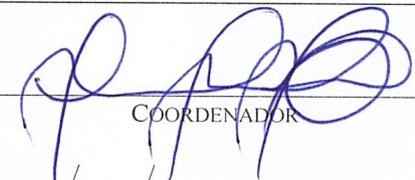
DATA ____/____/____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

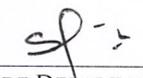
DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO EMPRESARIAL V		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: TEÓRICA: 30 PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE		
O objetivo da disciplina é proporcionar ao aluno informações e conhecimentos pertinentes à falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial do empresário e sociedade empresária, nos termos da Lei nº 11.101/2005.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA		
Direito falimentar: evolução histórica e legislação específica. Fundamento econômico. Recuperação judicial, extrajudicial e falência: noções gerais. Evolução do decreto-lei 7.661/45 e a lei 11.101/2005. Fundamentos e princípios específicos da falência e da recuperação de empresas. Exceções à Lei nº 11.101/2005. Natureza jurídica da Lei nº 11.101/2005. Disposições comuns à recuperação de empresas e a falência. Órgãos competentes: administrador judicial. Comitê de credores. Assembleia geral de credores. Recuperação judicial de empresas: requisitos e pressupostos: objetivos e subjetivos. Instrução processual. Novação e função social do contrato. Convolação da recuperação judicial de empresas em falência. Plano especial de recuperação de microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/06; Lei nº. 11.101/2005 e CRFB/88). Recuperação extrajudicial de empresa: gestão privada de acordos. Requisitos legais para homologação judicial. Falência: princípios, objetivos e pressupostos. Natureza jurídica da falência. Administração da falência. Administrador judicial. Arrecadação dos bens. O ministério público e suas funções. Sujeito ativo e passivo no processo falimentar. Sentença declaratória de falência. Efeitos da falência. Procedimentos incidentes. Verificação e classificação dos créditos. Liquidação. Extinção do processo falimentar: reabilitação do falido.		
BIBLIOGRAFIA		
BÁSICA SALOMÃO, Luís Felipe. & SANTOS, Paulo Penalva. Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática. 3ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro, Forense, 2017. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. v.3 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. MAMEDE, Gladstone. Direito Empresarial Brasileiro: falência e recuperação de empresas. v.4 8.ed. São Paulo: Atlas, 2016.		
COMPLEMENTAR RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito empresarial. 7ª ed. rev.e atual. Forense: Rio de Janeiro; Método: São Paulo, 2017 CAMPINHO, Sérgio. Curso de direito comercial: Falência e recuperação de empresas. 8.ed. rev. e atual. Saraiva: São Paulo, 2017. RIZZARDO, Arnaldo. Direito de empresa. 5.ed. ver., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.		



 COORDENADOR

DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

7º Período = 330 CH

Tutelas de Urgência e Procedimentos Especiais (2) ✓

Administrativo II (4) ✓

Processo do Trabalho (4) ✓

Processo Penal I (4) ✓

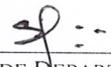
Direito das Famílias (4) ✓

Estágio Curricular Supervisionado I (4) ✓

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
TUTELAS DE URGÊNCIA E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: TEÓRICA: 30 PRÁTICA: ESTÁGIO:		
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA () AC ()		
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE: Compreender o sistema das tutelas de urgência e analisar os procedimentos regulados pelo Código de Processo Civil, bem como os procedimentos especiais. Analisar o sistema jurídico processual, de forma a instrumentalizar os conhecimentos para a compreensão crítica e a atividade profissional do futuro bacharel.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA: Tutela de urgência. Do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente. Tutela de evidência. Dos procedimentos especiais (da ação de consignação em pagamento, da ação de exigir contas, das ações possessórias, da ação de divisão e da demarcação de terras particulares, da oposição. Da habilitação. Da restauração de autos. Da homologação do penhor legal. Da ação monitória. Outras ações.		
REFERÊNCIAS: BÁSICAS DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 2. Introdução ao Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. CÂMARA, Alexandre de Freitas. O novo processo civil brasileiro. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil – Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – v.I. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. COMPLEMENTARES HARTMANN, Rodolfo Kronenberg. Curso completo do novo processo civil. 3. ed. Niterói: Impetus, 2016. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. 9. ed. São Paulo: Juspodivm, 2017. ZAVASCKI, Teori Albino. Antecipação da tutela. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		



 COORDENADOR
 DATA ____ / ____ / ____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____ / ____ / ____

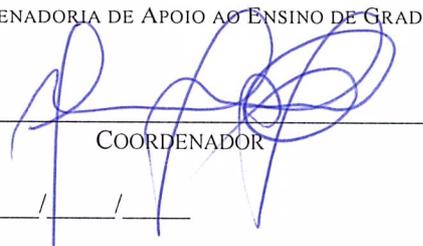
FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ADMINISTRATIVO II		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H	TEÓRICA:	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>A partir das noções de Direito Administrativo I, relacionar os Poderes Públicos e as suas diversas funções, com ênfase na função administrativa. Apresentar o conceito de atividade ordenatória ou limitatória (poder de polícia). Desenvolver uma contextualização geral e apresentar as diversas modalidades de intervenção do Estado na propriedade privada. Apresentar a atividade prestacional do Estado (serviço público e atividade econômica em sentido estrito). Situar as formas de atuação e intervenção do Estado na economia. Visualizar como se dá o movimento regulatório no país e os seus procedimentos. Apresentar a atividade estimulativa (fomento). Visualizar o conceito de ato administrativo unilateral, coação administrativa e atividade técnica ou material da Administração, seus requisitos/elementos, características, atributos e formas de extinção. Relacionar a licitação pública com os princípios gerais e setoriais que lhe são inerentes, identificando as modalidades e os tipos previstos no ordenamento jurídico brasileiro, bem como as hipóteses de dispensa e inexigibilidade do certame. Tratar dos contratos administrativos. Delinear as formas de controle da Administração e demonstrar a utilização dos seus diversos mecanismos institucionais e processuais. .Expor as problemáticas inerentes ao tema da Responsabilidade civil do Estado.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Poderes e Deveres da Administração: Poder Normativo/Regulamentar, Poder Hierárquico, Poder Disciplinar, Poder de Supervisão, Abuso de Poder. Atividade Ordenatória/Limitativa: Poder de Polícia, Formas de Atuação, Delegabilidade, Intervenção na Propriedade, Ocupação Temporária, Requisição, Tombamento, Servidão Administrativa. Desapropriação: Fases Declaratória, Administrativa, Judicial, Desapropriação Indireta, Tredestinação, Retrocessão, Desistência da desapropriação. Atividade Prestacional/Serviço Público: A Ordem Econômica e seus Princípios. Estado como agente regulador, Formas de Atuação do Estado na Economia, Atividade Econômica em Sentido Amplo, em Sentido Estrito, Serviço Público, suas classificações e seus princípios, Regime de Exploração de Serviços, Atuação Sobre e No Domínio Econômico, Instrumentos Interventivos, Regulação e sua Classificação, Formas de regulação da gestão pública e privada, Autoregulação, Desregulação. Atividade Estimulativa/Fomento: Planejamento de Políticas Públicas, Ordenamento Social e Econômico. Atos Administrativos: Classificação, Espécies, Elementos e Requisitos, Ato x Fato Administrativo, Atos administrativos x Atos da Administração, Atos Vinculados e Discricionários, Sujeito ou Competência, Forma, Motivo, Objeto, Finalidade, Características/Atributo dos Atos, Extinção dos Atos Administrativos. Licitação: Conceito, Objetivo e Obrigatoriedade, Princípios, Lei 8.666/93, Licitação nas Estatais, Sujeitos Por Colaboração, Exceção à Regra de Licitação, Contratação Direta, Modalidades, Tipos e Processos Seletivos de Licitação, Pregão, Procedimento Licitatório e suas Fases Interna e Externa. Contratos Administrativos: Características, Elementos, Princípios, Espécies, Competência Legislativa, Clausulas Exorbitantes, Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato, Reajuste, Revisão, Rescisão, Fiscalização, Aplicação de Penalidade, Ocupação Provisória, Extinção, Contrato de Concessão, Permissão, Intervenção na gestão do Delegatário, Parceria Público-Privada, Convênios, Consórcios. Controle da Administração e subjetividade ou autonomias públicas: Histórico, Tipos de controle, Controle Administrativo, Legislativo, Judicial, Autonomia ou Subjetividade Pública, Discricionariedade, Conceitos Jurídicos Indeterminados, Apreciatividade, Limites da Atuação Administrativa, Princípio da Juridicidade, Controle e Reserva da Administração, Técnicas de Contenção. Responsabilidade do Estado: Denominação, Fundamentos, Violação, Dever de Resposta Estatal, Pressupostos da Obrigação de Reparar, Teoria do Dano Punitivo, Responsabilidade por Atos Legislativos, Jurisdicionais e Administrativa, Variação da Teoria Objetiva, Teoria Subjetiva, Teoria da Falta de Serviço, Responsabilidade Limitada ou Tarifada, Ação Regressiva, Prescrição.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 31ª ed., São Paulo: Atlas, 2017. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 30ª ed., São Paulo: Atlas, 2017. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>Complementar: SADDY, André. Formas de atuação e intervenção do Estado brasileiro na economia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. SADDY, André. Apreciatividade e discricionariedade administrativa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. SADDY, André. Limites à tomada de decisão e controle judicial da Administração Pública. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.</p>		



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

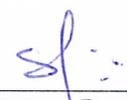
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO



COORDENADOR

DATA ____/____/____

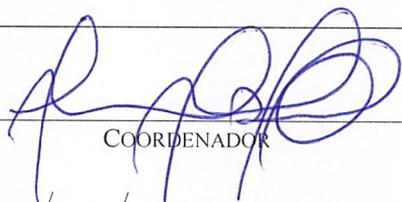


CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
PROCESSO DO TRABALHO		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: X	PRÁTICA: ESTÁGIO:
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATORIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Introdução ao Processo Individual do Trabalho, princípios e hermenêutica.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Princípios processuais trabalhistas. Justiça do trabalho. Organização, jurisdição e competência. Atos, termos e prazos processuais. Partes, representação e procuradores. Dissídios individuais, lei trabalhista no tempo e no espaço. Inicial trabalhista. Prescrição e decadência no direito do trabalho. Prescrição intercorrente. Recursos específicos do processo trabalhista. Rito sumário, sumaríssimo e ordinário. Procedimentos especiais. Recursos e pressupostos recursais. Embargos de declaração. Recurso ordinário e de revista. Agravo de instrumento. Liquidação de sentença. Execução: fase inicial e final. Desconsideração da pessoa jurídica da empresa.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 14a. Ed. São Paulo. Saraiva. 2016. MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 39a. Ed. Sao Paulo. Saraiva. 2017. SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. 12a. Ed. Sao Paulo. LTr. 2017. Complementar: STUCHI, Victor Hugo Nazário. Prática Trabalhista. 5ª. Ed. São Paulo. Ed. GEN. 2017. ISBN 9788530973667. LOYOLA, Kheyder e SPONTON Silvana (coordenadores). CLT Interpretada. 1ª. Ed. Sao Paulo. Ed Rideel. 2016.		



COORDENADOR

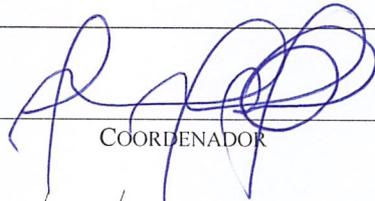
DATA ____ / ____ / ____



CHEFE DE DEPARTAMENTO

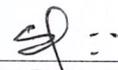
DATA ____ / ____ / ____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
PROCESSO PENAL I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 TEÓRICA: PRÁTICA:0		ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X) OPTATIVA ()		AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Analisar os fundamentos do Processo Penal, seus princípios constitucionais associados a esta disciplina. Apresentar a norma processual penal, fornecendo sua eficácia espacial e territorial. Promover sua interpretação. Mostrar os sistemas processuais penais. Estudar a Investigação Criminal, fornecendo seus princípios, características e a obrigatoriedade do titular desta investigação no seu desenvolvimento. Analisar a ação penal, traçando suas características, seus princípios, suas espécies, os titulares em sua proposição. Avaliar a competência penal. Analisar as questões e os processos incidente existentes no Processo Penal.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Fundamentos do processo penal. Princípios constitucionais processuais penais. Norma processual penal. Eficácia espacial e territorial. Interpretação. Sistemas processuais penais. Investigação criminal. VPI. Inquérito. Ação penal. Competência penal. Questões e processos incidentes.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. AURY Lopes JR. Direito Processual Penal. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Complementar: CAPEZ, FERNANDO. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2017. CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. 4ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011. BONFIM, Edilson Mougnot. Curso de Processo Penal. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.		



COORDENADOR

DATA ____/____/____

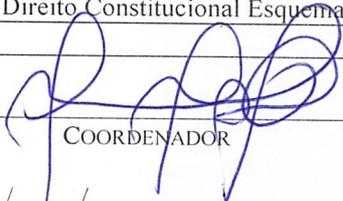


CHEFE DE DEPARTAMENTO

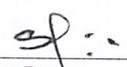
DATA ____/____/____



FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO (X) ALTERAÇÃO DE NOME (X) ALTERAÇÃO DE CH ()
DIREITO DAS FAMÍLIAS		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	TEÓRICA: 60	PRÁTICA: 0 ESTÁGIO: 0
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
Despertar a consciência do discente para a importância das questões atinentes ao direito das famílias, com ênfase no estudo e compreensão das formas de família, dos efeitos decorrentes das relações familiares e dos meios de solução de crises de conflitos da órbita familiar.		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
Direito das Famílias. Conceito e formas de família. As famílias e o pensamento civil-constitucional. A família matrimonializada. Regime de bens. O casamento: planos da existência e Invalidez do Casamento: Nulidade e anulabilidade. Dissolução do casamento: Divórcio. Aspectos processuais no direito das famílias. As famílias e seus reflexos na ordem internacional. A família não matrimonializada. União Estável x Concubinato. Uniões Homoafetivas. Relações de Parentesco e Filiação. Autoridade Parental. Alimentos. Guarda, Adoção, Tutela e Curatela.		
BIBLIOGRAFIA		
Básica: TARTUCE, Flávio. Direito civil: Direito de Família. V. 5. – 12. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil – Vol. V / Atual. Tânia da Silva Pereira. – 25. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017. NADER, Paulo. Curso de direito civil: direito de família. V. 5 – Rio de Janeiro: Forense, 2016. Complementar: CARDIN, Valéria Silva Galdino. Dano moral no direito de família — São Paulo: Saraiva, 2012 PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais norteadores do direito de família. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2012. LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil: direito de família e sucessões. V. 5 – 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2013. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 21ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2017.		



COORDENADOR

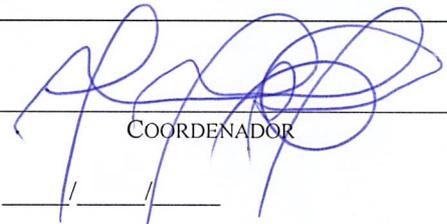


CHEFE DE DEPARTAMENTO

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____

FORMULÁRIO Nº 13 – <i>ESPECIFICAÇÃO DA DISCIPLINA/ATIVIDADE</i>		
CONTEÚDO DE ESTUDOS		
DIREITO		
NOME DA DISCIPLINA/ATIVIDADE	CÓDIGO	CRIAÇÃO (X) ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO () ALTERAÇÃO DE NOME () ALTERAÇÃO DE CH ()
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I		
DEPARTAMENTO/COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO: DEPARTAMENTO DE DIREITO DE MACAÉ		
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 HORAS	TEÓRICA:	PRÁTICA: ESTÁGIO: X
DISCIPLINA/ATIVIDADE: OBRIGATÓRIA (X)	OPTATIVA ()	AC ()
OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:		
<p>Oferecer estágio curricular aos alunos entre o 7º período do curso de Direito, bem como propiciar assistência jurídica consultiva às pessoas hipossuficientes, sob o aspecto socioeconômico, do município de Macaé, com foco na área cível, especificamente, empresarial.</p> <p>O estudo das áreas cível e empresarial será pautado: (i) na elaboração de trabalhos simulados orientados de prática jurídica cível; (ii) na elaboração de peças práticas profissionais na esfera recursal cível; (iii) no estudo prático da jurisprudência e do direito sumular cível □ STF, STJ, TJ/RJ e TRF; (iv) na simulação de audiência/sessão de julgamento, onde o aluno possa exercitar as funções dos operadores jurídicos no âmbito da área cível e empresarial; e (v) no agendamento, acompanhamento e relatório de visitas na Justiça Comum Estadual de 1º Grau, Justiça Federal, Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, além de outros órgãos judiciais.</p>		
DESCRIÇÃO DA EMENTA:		
<p>Prática de Direito Civil e Empresarial. Atuação profissional na área cível. Código de Ética. Estatuto do advogado (Lei nº 8906/94). Petição inicial. Contestação. Provas em espécie: produção. Competência da justiça comum. Ação de Indenização. Ação de execução de obrigação. Ação de Dissolução de Sociedade. Ação de Cobrança. Ação Monitória. Ação de Execução. Ações Possessórias (manutenção de posse, reintegração de posse e interdito proibitório). Ação de Usucapião. Ação de Nunciação de Obra Nova. Locações (Lei nº 8.245/91): ação de despejo; ação renovatória; ação de consignação em pagamento; ação de revisão de aluguel; casos práticos. Recursos: Apelação; Recurso Inominado; Agravo de Instrumento; Embargos de Declaração; Recurso Especial; Recurso Extraordinário.</p>		
BIBLIOGRAFIA		
<p>Básica: CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de Prática Forense Civil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. HARTMANN, Rodolfo Kronenberg; HARTMANN, Guilherme Kronenberg. Petições & Prática Cível. Rio de Janeiro: Impetus, 2017. PARIZATTO, João Roberto. Prática Forense. 2 Volumes, 15ª edição. São Paulo: Edipa, 2017.</p> <p>Complementar: PARIZATTO, João Roberto. Manual Prático do Juizado Especial Cível. 3ª edição. São Paulo: Edipa, 2017. ROCHA, Marcelo Hugo da; MAGALHÃES, Giovani. Prática Empresarial. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017. TERRA NETO, Arnaldo. Contratos e Outros Instrumentos – Novo CPC. São Paulo: Cronus, 2015.</p>		



 COORDENADOR
 DATA ____/____/____



 CHEFE DE DEPARTAMENTO
 DATA ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADORIA DE APOIO AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

8º Período = 360 CH

Recursos Cíveis e Processo nos Tribunais (4) ✓

Direito Civil: Sucessões (4) ✓

Processo Penal II (4) ✓

Direito Financeiro (4) ✓

Direito Ambiental e desenvolvimento (4) ✓

Estágio Curricular Supervisionado II (4) ✓